

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Hidroelétrica Panambi S.A. - HIDROPAN submete à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Econômico-Financeiras da companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, acrescidas do Balanço Social. As demonstrações foram elaboradas na forma da legislação societária e demais normas legais acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório elaborado pelos Auditores Independentes. Esses demonstrativos refletem os atos e operações da empresa, bem como a situação patrimonial e financeira do presente exercício social. Toda a documentação relativa a prestação de contas se encontram a disposição dos Senhores Acionistas e estamos à disposição de esclarecimentos adicionais se necessário for.

PERFIL

A HIDROPAN é responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Panambi e Condor, localizados na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Na produção de energia é integrada por duas PCH's, interligadas com o sistema de distribuição. Para atender a demanda de 17.793 unidades consumidoras em uma área de concessão de 151 km², a HIDROPAN conta com 59 colaboradores próprios, dispõem de uma estrutura com 530 km de redes de distribuição primária e secundária, uma moderna linha 69kV de 40 km e uma subestação entrada linha de 69kV. Com sede em Panambi - RS, é uma sociedade anônima, de capital fechado, fundada em 26 de setembro de 1926, sendo uma empresa com formação típica familiar, contando atualmente com 28 acionistas.

CONTEXTO SETORIAL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). O fornecimento de energia elétrica a varejo pela HIDROPAN é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo. Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São revistos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis Parcela A e corrigido os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base de 29 de junho, deduzido o Fator X.

A cada quatro anos realiza-se a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado pelo Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio do capital (WACC) aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária.

Reajuste Tarifário de 2015

Em 23 de junho de 2015, através da Resolução Homologatória nº 1.908, a ANEEL homologou as tarifas de fornecimento de energia elétrica com reajuste tarifário médio anual 2015 de 33,07%, sendo 28,10% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 4,97% relativos aos componentes financeiros. As novas tarifas entraram em vigor em 29 de junho de 2015. As tarifas são fixadas e publicadas pela ANEEL sem os impostos, devendo ser acrescidos do PIS, COFINS e ICMS.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Comercialização de Energia Elétrica (MWh)

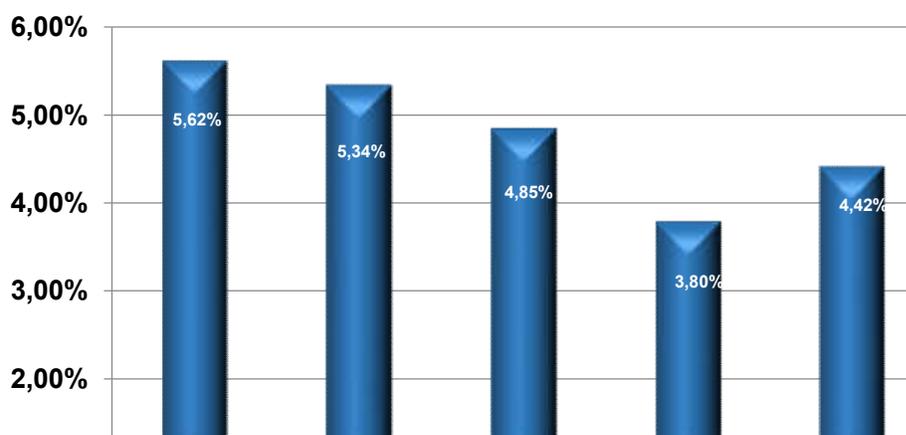
O balanço energético abaixo reflete o nível de energia adquirida e gerada para o atendimento do mercado de consumo de energia elétrica em 2015. A disponibilidade de energia requerida em 2015 totalizou 112.054 MWh, com queda de 10,72% em relação a 2014. Do total da disponibilidade a geração própria forneceu 10.011 MWh, que representou 8,93%, sendo que o suprimento representou 91,07%.

Balço energético em MWh

	2015	Part %	2014	Part %	Taxa Crescimento %	
					2015/2014	2014/2013
Suprimento Rio Grande Energia	102.043	91,07	113.821	90,69	(10,35)	7,83
Gerao Prpria	10.011	8,93	11.684	9,31	(14,32)	12,69
Total Energia Requerida Bruta	112.054	100,00	125.505	100,00	(10,72)	5,17
Fornecimento energia faturada	105.979	94,58	119.962	95,58	(11,66)	4,50
Perdas e diferenas de energia	6.075	5,42	5.543	4,42	9,60	22,28
Total de Energia	112.054	100,00	125.505	100,00	(10,72)	5,17

Perdas (%)

O percentual de perdas é a taxa obtida com a divisao da diferena entre a disponibilidade total de energia e a energia faturada dos clientes pelo total da energia disponibilizada de suprimento e gerao. Ao longo dos últimos anos as perdas da HIDROPAN se mantém estáveis, tendo alcanado um nível satisfatório, considerado baixo em comparao aos níveis de perdas do sistema elétrico brasileiro. A HIDROPAN busca permanentemente controlar as perdas, seja em investimentos e melhorias.



Mercado de Energia Vendida

O consumo total de energia elétrica na área de atuação da HIDROPAN no ano 2015 foi de 105.979 MWh, decréscimo de -11,66% comparado ao consumo de 2014. A reduo no consumo se deu em todas as classes, porém com grande destaque a reduo de 21,18% na atividade industrial, que representa 40,07% da energia total consumida pelos clientes cativos da distribuidora.

No quadro a seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variao no período:

Consumo de Energia por Classe MWh

Classe	2015	Part %	2014	Part %	Taxa Crescimento %	
					2015/2014	2014/2013
Residencial	33.021	31,16	34.451	28,72	(4,15)	10,39
Industrial	42.465	40,07	53.879	44,91	(21,18)	0,60
Comercial	17.462	16,48	18.196	15,17	(4,03)	7,63
Rural	2.744	2,59	3.102	2,59	(11,54)	5,33
Poder Público	2.460	2,32	2.564	2,14	(4,06)	11,14
Iluminação Pública	4.926	4,65	4.813	4,01	2,35	2,01
Serviço Público	2.703	2,55	2.757	2,30	(1,96)	(7,20)
Outros	198	0,19	200	0,17	(1,00)	6,38
Total	105.979	100,00	119.962	100,00	(11,66)	4,50

Evolução do Número de Consumidores

O número de consumidores conectados ao sistema de distribuição da HIDROPAN em dezembro de 2015 atingiu 17.793 unidades consumidoras, um crescimento de 2,63%, em relação ao exercício anterior, representando um acréscimo de 456 unidades consumidoras, destas 441 são residenciais, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Número de consumidores

Classe	2015	Part.%	2014	Part.%	Acrescimo	Taxa Crescimento %	
						2015/2014	2014/2013
Residencial	16.059	90,25	15.618	90,08	441	2,82	3,29
Industrial	167	0,94	169	0,97	(2)	(1,18)	2,42
Comercial	1.112	6,25	1.089	6,28	23	2,11	3,03
Rural	268	1,51	279	1,61	(11)	(3,94)	(3,13)
Poder Público	154	0,87	149	0,86	5	3,36	5,67
Iluminação Pública	9	0,05	9	0,05	-	-	-
Serviço Público	18	0,10	18	0,10	-	-	5,88
Outros	6	0,03	6	0,03	-	-	-
Total	17.793	100,00	17.337	100,00	456	2,63	3,17

Qualidade do Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia elétrica pode ser avaliada através dos indicadores de continuidade do fornecimento DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Tais indicadores são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição – PRODIST que além da metodologia de cálculo determina os limites padrões de continuidade. Além desses indicadores, apresentamos a evolução do TMA (Tempo Médio de Atendimento ao Consumidor), que é o intervalo entre a reclamação de interrupção da energia e seu restabelecimento, o qual registrou 42 minutos em 2015. A evolução destes desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Indicadores	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2015	
						ISO	ANEEL
DEC (horas)	10,74	17,05	5,38	6,73	5,96	6,00	16,00
FEC (nº vezes)	13,41	19,21	11,03	10,14	8,70	6,00	14,00
TMA (minutos)	49	50	39	45	42	60	-

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2015, o lucro líquido foi de R\$ 2.109 mil, que em 2014 foi de R\$ 3.178 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 37.486 mil, enquanto em 2014 situou-se em R\$ 35.509 mil. Variação de 5,57% na Receita Operacional Líquida. Os custos operacionais totalizaram em 2015, R\$ 33.476 mil, 10,13% a mais do que em relação a 2014. O aumento apresentado nos custos operacionais tem relação com os custos na compra de energia, custo este que representa 69,31% dos custos totais e teve uma variação em relação a 2014 de 14,86%.

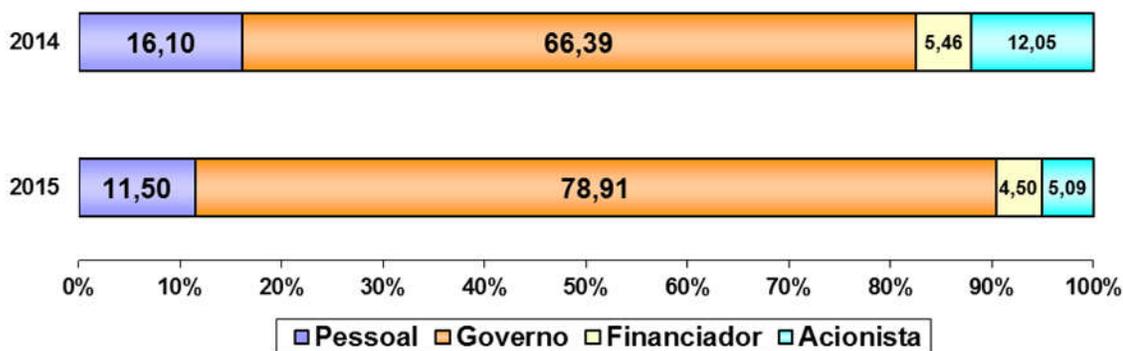
Ebitda

O EBITDA, Lucro do Serviço (DRE), adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 5.071 mil em 2015 e R\$ 6.324 mil em 2014, uma redução de 19,81%, desempenho que tem como principal fator o aumento no custo do insumo energia elétrica comprada para revenda.

Valor Adicionado

Em 2015, o valor adicionado líquido produzido como riqueza pela Empresa foi de R\$ 40.879 mil, representando 59,44% da Receita Operacional Bruta, já em 2014 foi de R\$ 26.062 mil e representava 50,80%. Apresentamos a seguir a distribuição do valor adicionado (DVA):

Distribuição do Valor Adicionado - %



Investimentos

Infraestrutura da Concessão

A aquisição de bens vinculados a concessão e outros ativos em 2015 totalizaram R\$ 1.380 mil, sendo que R\$ 1.279 mil investidos em linhas e redes de distribuição de energia elétrica. Essas obras de distribuição têm como principal objetivo a busca pela melhoria na confiabilidade do sistema, melhoria nos níveis de tensão e redução de indicadores de continuidade. Apresentamos a seguir os investimentos realizados em 2015 e a origem dos recursos para viabilizar o programa de investimentos:

Investimentos	2015	%	2014	%
Obras de geração	19	1,38	24	1,45
Obras de distribuição	1.279	92,68	1.616	96,66
Instalações gerais	82	5,94	32	1,89
Total dos Investimentos	1.380	100,00	1.671	100,00

Origem dos Recursos	2015	%	2014	%
Recursos Próprios	1.129	81,81	1.266	75,76
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Clientes	251	18,19	405	24,24
Total dos Recursos	1.380	100,00	1.671	100,00

Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, e a quota de depreciação regulatória fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, e homologados pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.547, de 25/06/2013. Em 2013, por ocasião da revisão tarifária periódica, esta parcela do investimento foi assim formada:

Componentes do Investimento Remunerável	Revisão* junho/2013
*a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	36.105
b1) (-) Depreciação Acumulada	12.532
b2) (-) Depreciação Acumulada %	34,71%
c1) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Bruta	3.119
c2) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Líquida	2.695
d) Bens 100% Depreciados	5.935
e) Terrenos e Servidões	1.700
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Bruto Depreciavel	27.050
e) (+) Almoarifado	71
f) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)	25.143
i) Bens 100% depreciados	3.136
k) Cota de Depreciação - Taxa média Anual	3,34%
* 3º ciclo de RTP - Junho 2013	
*a) Valor deduzido dos Bens Administrativos, Veículos, Movéis e Utensílios	

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com a legislação setorial a HIDROPAN destina 1% da sua receita líquida operacional (ROL), para investimentos em projetos os quais desenvolvem atividades cujo resultado reverte para melhorias no sistema elétrico, beneficiando a todos os usuários de energia.

Serviços de Auditoria Independente

A HIDROPAN conta com os serviços de auditoria externa da Aucon Auditores & Consultores Associados para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Prezamos pela independência profissional dos auditores na contratação de seus serviços, portanto, no exercício de 2015 não contratamos junto aos Auditores Independentes qualquer serviço de consultoria de forma a assegurar que não ocorra possibilidade de conflito de interesse.

Mensagem de Agradecimento

Há 89 anos a HIDROPAN está ao lado da comunidade de maneira atuante e não como uma simples espectadora. Desde o início de sua história, assumiu o compromisso com seus acionistas, colaboradores, parceiros e clientes, a fim de fomentar o desenvolvimento.

A empresa cresceu e se transformou. Com o desafio de se tornar moderna e trazer resultados, veio o compromisso de ser sustentável. Enfrentou todos os desafios com dedicação, ética e responsabilidade.

Hoje, é uma marca que nos orgulha e nos enche de esperança de um futuro promissor.

Distribuir energia elétrica de forma sustentável, nos municípios de Panambi e Condor, com qualidade e eficiência, é a nossa política de qualidade e continuidade.

E tudo isto só foi possível através da união de todos. Portanto, agradecemos o empenho de toda a família HIDROPAN.

A Administração

Demonstração Suplementar do Balanço Social - 2015 (não auditado)
(Valores expressos em milhares de reais)

	2015			2014		
	R\$	% sobre		R\$	% sobre	
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			37.486			35.509
Resultado Operacional (RO)			2.037			3.493
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			3.405			3.128
2 - Indicadores sociais internos	R\$	FPB	RL	R\$	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação	591	17,35	1,58	509	14,95	1,43
Encargos Sociais Compulsórios	1.287	37,80	3,43	1.164	34,19	3,28
Saúde-Convênio assistencial, outros benefícios	232	6,82	0,62	235	6,90	0,66
Segurança no trabalho-CIPA e exames	65	1,91	0,17	63	1,86	0,18
Capacitação e desenv. Profissional	31	0,92	0,08	54	1,57	0,15
Total	2.206	64,80	5,89	2.025	59,47	5,70
3 - Indicadores sociais externos	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Tributos - excluídos encargos sociais	32.000	1.571,11	85,37	16.728	478,89	47,11
Contribuições para a sociedade	22	1,06	0,06	59	1,69	0,17
Total	32.022	1.572,17	85,42	16.787	480,58	47,28
4 - Indicadores ambientais	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Investimentos em Meio Ambiente	74	3,65	0,20	71	2,04	0,20
Total	74	3,65	0,20	71	2,04	0,20

	<u>2015</u> em unidades	<u>2014</u> em unidades
5 - Indicadores do Corpo Funcional		
Empregados no final do período	59	64
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	15	14
Segundo grau	31	35
Primeiro grau	7	8
Primário	6	7
Faixa etária dos empregados:		
Abaixo de 30 anos	25	26
De 30 até 45 anos (exclusive)	23	25
Acima de 45 anos	11	13
Admissões durante o período	11	10
Mulheres que trabalham na empresa	7	9
% cargos de chefia ocupados por mulheres em relação n° total mulheres	0	0
% cargos de chefia ocupados por mulheres em relação n° total gerentes	0	0
Negros que trabalham na empresa	5	7
Dependentes	78	78
Menor Aprendiz	2	1
Número de ações trabalhistas movidas contra a empresa:	0	0
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça:	-	13

	<u>2015</u>		<u>2014</u>			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre o maior e a menor remuneração na empresa	19,34		23,21			
Número total de acidentes de trabalho	0		0			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de reponsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	41.455		26.367			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	78,91% governo 5,09% acionista	11,50% pessoal 4,50% financiador	66,39% governo 12,05% acionista	16,10% pessoal 5,46% financiador		

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativos	Notas	2015	2014
Ativo Circulante		16.515	10.231
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	400	116
Consumidores	(5)	7.292	5.904
Serviços em curso	(6)	760	544
Tributos compensáveis	(7)	235	379
Almoxarifado operacional		863	767
Ativos financeiros setoriais	(8)	6.007	1.116
Despesas pagas antecipadamente		53	96
Outros ativos circulantes	(9)	906	1.308
Ativo Não Circulante		23.241	23.542
Tributos compensáveis	(7)	86	205
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(10)	22	22
Outros ativos não circulantes	(9)	-	4
Ativo financeiro da concessão	(11)	3.479	21.537
Investimentos	(12)	57	56
Intangível	(13)	19.597	1.718
Total do ativo		39.756	33.773

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivos e Patrimonio Líquido	Notas	2015	2014
Passivo Circulante		18.415	10.534
Fornecedores	(14)	3.142	2.522
Empréstimos e financiamentos	(15)	5.498	4.920
Obrigações sociais e trabalhistas		406	380
Tributos	(16)	1.449	1.138
Provisões para litígios	(17)	65	65
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(18)	137	209
Encargos setoriais	(19)	3.338	1.143
Passivos financeiros setoriais	(8)	3.557	60
Outros passivos circulantes	(20)	824	97
Passivo Não Circulante		6.752	9.319
Empréstimos e financiamentos	(15)	6.493	9.080
Encargos setoriais	(19)	260	240
Patrimônio líquido		14.589	13.920
Capital social	(21)	6.500	6.500
Reservas de lucros	(21)	8.091	7.422
(-) Ações próprias em tesouraria		(2)	(2)
Total do passivo e Patrimônio Líquido		39.756	33.773

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
 CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Demonstrações do Resultado
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2015	2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(22)	37.486	35.509
CUSTOS OPERACIONAIS		(33.476)	(30.398)
Custo com Energia Elétrica	(24)	(23.202)	(20.201)
Energia elétrica comprada para revenda		(20.606)	(17.384)
Encargo de uso do sistema de transmissão		(1.923)	(2.153)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(673)	(664)
Custo de operação		(10.274)	(10.197)
Custos de construção		(1.489)	(1.592)
Pessoal		(5.478)	(5.021)
Material		(353)	(458)
Serviço de terceiros		(1.384)	(1.344)
Depreciação e amortização		(1.061)	(1.213)
Outras		(507)	(569)
LUCRO DO SERVIÇO		4.010	5.111
RESULTADO FINANCEIRO	(26)	(1.973)	(1.618)
Receitas Financeiras		576	304
Despesas Financeiras		(2.549)	(1.922)
LUCRO ANTES DO IRPJ E CSLL		2.037	3.493
Contribuição Social	(27)	(185)	(232)
Imposto de Renda	(27)	(486)	(603)
LUCRO LÍQ DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSAO JCP		1.365	2.658
Reversão dos juros sobre capital próprio		744	520
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.109	3.178
Lucro por ação - R\$		5,34	8,05

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	(-) Ações Próprias em Tesouraria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.500	5.678	-	-	12.178
Aumento de Capital Social:					-
com reserva de lucros	-	-	-	-	-
Distribuição de ações em tesouraria	-	-	-	(2)	(2)
Lucro Líquido do exercício	-	-	3.178	-	3.178
Destinação proposta a A.G.O.:					
Reserva legal	-	60	(60)	-	-
Retenção de lucros	-	1.784	(1.784)	-	-
Dividendo	-	(100)	(815)	-	(915)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(520)	-	(520)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.500	7.422	0	(2)	13.920
Distribuição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do exercício:	-	-	2.109	-	2.109
Destinação proposta a A.G.O.:					
Retenção de lucros	-	669	(669)	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	(696)	-	(696)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(744)	-	(744)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.500	8.091	(0)	(2)	14.589

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Modelo Indireto)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do exercício	2.109	3.178
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa	1.146	1.356
Depreciação e amortização	1.061	1.213
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(4)
Baixas líquidas do intangível em serviço	73	165
Provisão para litígios	-	(17)
Redução (Aumento) de Ativos	(5.889)	(2.148)
Consumidores	(1.399)	(710)
Serviços em curso	(217)	(292)
Tributos compensáveis	263	358
Almoxarifado operacional	(95)	3
Ativos financeiros setoriais	(4.891)	(1.116)
Despesas pagas antecipadamente	43	(31)
Outros ativos	407	(360)
Aumento (Redução) de Passivos	8.136	645
Fornecedores	620	(666)
Obrigações sociais e trabalhistas	26	79
Tributos	1.053	898
Encargos setoriais	2.214	297
Passivos financeiros setoriais	3.497	60
Outros passivos	727	(24)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	5.503	3.031
Encargos de Dívidas Pagos	(1.204)	(1.077)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(742)	(715)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	3.556	1.238
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(1.126)	(945)
Investimentos	(1)	-
Aquisição de ativo Intangível	(1.376)	(1.350)
Participação financeira do consumidor	251	405
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(2.147)	(708)
Empréstimos e financiamentos	(636)	728
Distribuição de dividendos	(767)	(917)
Juros sobre o capital próprio	(744)	(520)
Varição Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	284	(415)
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo inicial de caixa	116	531
Saldo final de caixa	400	116
	<u>284</u>	<u>(415)</u>

Demonstrações do Valor Adicionado - DVA
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	%	2014	%
Receitas	68.765		51.311	
Venda de energia e serviços	67.287		49.714	
Receita de construção de infraestrutura de concessão	1.489		1.592	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11)		4	
(-) Insumo adquiridos de terceiros	26.825		24.036	
Insumos consumidos	24.691		21.793	
Outros insumos adquiridos	396		441	
Material e serviço de terceiros	1.738		1.802	
(=) Valor adicionado bruto	41.940		27.275	
(-) Depreciação/amortização	1.061		1.213	
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	40.879	59,45	26.062	50,79
(+) Valor adicionado recebido em transferência	576		304	
Receitas Financeiras	576		304	
(=) Valor adicionado a distribuir	41.455	100,00%	26.367	100,00%
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal	4.766	11,50%	4.246	16,10%
Remunerações	3.405	8,21%	3.128	11,86%
Encargos sociais (exceto INSS)	442	1,07%	243	0,92%
Convênio assistencial e outros benefícios	919	2,22%	875	3,32%
Governo	32.712	78,92%	17.502	66,37%
INSS (sobre folha de pagamento)	712	1,72%	775	2,94%
ICMS	14.599	35,22%	10.359	39,29%
PIS/COFINS	6.528	15,75%	4.588	17,40%
Imposto de renda e contribuição social	671	1,62%	835	3,17%
Outros	10.202	24,61%	946	3,59%
Financiadores	1.867	4,50%	1.440	5,46%
Juros	1.805	4,35%	1.402	5,32%
Aluguéis	62	0,15%	38	0,14%
Acionistas	2.109	5,09%	3.178	12,05%
Remuneração do capital próprio	744	1,79%	520	1,97%
Lucros retidos	1.365	3,29%	2.658	10,08%
Valor adicionado (médio) por empregado	703		412	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

1. Informações sobre a Companhia

A Hidroelétrica Panambi S.A. – HIDROPAN é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 26 de setembro de 1926, concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica autorizada a operar em dois municípios na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Panambi e Condor), com sede em Panambi - RS. Detém contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 086/2000-ANEEL. Suas atividades estão ligadas à geração e a distribuição de energia elétrica, sendo regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Constitui seu objeto social a realização de estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras, distribuição e comercialização de energia elétrica e o desenvolvimento de atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica. A capacidade instalada em geração própria da Concessionária é de 1.875 kW, constituída de duas pequenas centrais hidroelétricas – PCH (Rio Palmeira e Rio Alegre).

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis

Em 15 de março de 2016, à Diretoria da HIDROPAN autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração. Com base na proposta do Conselho de Administração, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A empresa também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis regulatórias auditadas estarão disponíveis no site www.hidropan.com.br a partir de 30 de abril de 2016.

2.2 Moeda de apresentação

A moeda funcional da empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da empresa faça julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da empresa revisa as estimativas e premissas adotadas ao menos no encerramento de cada exercício. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

3.1 Contratos de Concessão

O ICPC 01 - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras: a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 R1 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita cobrada pelo consumo de energia

elétrica em função: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, as quais são prontamente conversíveis em caixa, sujeitos a um risco mínimo de valor, estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.3 Consumidores

Engloba o fornecimento de energia faturada e da energia não faturada (esta por estimativa) referente a dezembro de 2015, contabilizado com base no regime de competência. Ainda inclui: a) os impostos diretos de responsabilidade tributária da HIDROPAN; b) serviços prestados, acréscimos moratórios e outros; c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa calculada em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as perdas na realização das contas a receber e de acordo com a Instrução Contábil 6.3.3 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

3.4 Almoxarifado Operacional

Os materiais em estoque utilizados na construção da infra-estrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.5 Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição.

3.6 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

São calculados pelas alíquotas efetivas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com base em diferenças temporárias e, reconhecido à medida que suas correspondentes bases forem incorridas.

3.7 Ativo financeiro da concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, o ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esse ativo a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório e no preço das commodities relacionadas a infraestrutura. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 4 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição – VNR depreciado. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo de concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

3.8 Ativo e passivo financeiro setorial

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual foi assegurado que além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária. Em 9 de dezembro de 2014, através da Deliberação CVM nº 732, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08 e a emissão do Comunicado Técnico IBRACON nº 05/2014, tornaram obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos e passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a companhia passou a reconhecer a partir de 10 de dezembro de 2014 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis societárias.

3.9 Intangível

O ativo intangível da empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 - ICPC 01 – OCPC 05 - Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.10 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Empresa aplica os procedimentos do Pronunciamento Contábil CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos para apurar o valor recuperável dos ativos. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre seu valor justo menos custos para vendê-lo e seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao resultado dos fluxos de caixa futuros descontados, antes dos impostos, derivados do uso contínuo do ativo até o final da concessão. Quando o valor residual contábil do bem exceder seu valor recuperável, a empresa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo no resultado do período.

3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

3.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Contempla, principalmente, os saldos a pagar relativos a aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

3.13 Empréstimos e financiamentos

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até a data dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

3.14 Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

3.15 Encargos setoriais

São obrigações a recolher, derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica, estabelecidos em lei federal e normatizados pela Agencia Nacional de Energia Eletrica – ANEEL.

3.16 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), aplicando-se, de acordo com a legislação vigente, a alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. A Empresa possui imposto de renda e contribuição social diferidos, os quais foram gerados pelas diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos/passivos, e, seus valores contábeis.

3.17 Benefício pós-emprego

A Empresa não possui planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados.

3.18 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.19 Demonstrações do valor adicionado

A Empresa incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

3.20 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro. Somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, sendo:

(a) Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Empresa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções ao seu valor recuperável.

(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

(c) Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Os ativos não circulantes são classificados como disponíveis para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual.

(d) Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções ao seu valor recuperável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contas bancárias a vista	341	88
Fundo Fixo de Caixa	10	10
Numerário em trânsito	28	18
Aplicações no mercado Aberto	20	-
	<u>400</u>	<u>116</u>

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Sicredi	Sicredinvest	10/06/2020	CDI	<u>20</u>	<u>-</u>

5. Consumidores

A composição da conta consumidores vencidos e a vencer está composta da seguinte forma:

Consumidores	2015			2014	
	Saldos	Vencidos	Vencidos	Saldo	Saldo
	Vincendos	até 90 dias	há mais de 90 dias	Líquido	Líquido
Fornecimento Faturado	5.449	819	30	6.297	4.929
Residencial	2.201	545	25	2.772	2.104
Industrial	1.661	173	0	1.834	1.562
Comércio, Serviços e outras Atividades	1.047	91	4	1.143	877
Rural	97	8	0	105	49
Poder Público	143	1	-	144	130
Iluminação Pública	169	-	-	169	115
Serviço Público	130	-	-	130	91
Fornecimento Não Faturado	927	-	-	927	836
Créditos Renegociados	-	-	-	-	-
Outros Créditos	62	30	4	96	156
Subtotal	6.438	848	34	7.320	5.921
PCLD				(28)	(17)
Total	6.438	848	34	7.292	5.904

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. Na condição de prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

A seguir, estão demonstrados os saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa por classe de consumo:

Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	2015	2014
Residencial	27	16
Comércio, Serviços e outras Atividades	1	1
	28	17

O valor reconhecido foi constituído e considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados: 1) Análise criteriosa das contas a receber para casos específicos; 2) Casos normais, conforme MCSE, sendo: a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias; b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias; c) Industrial, poder público e iluminação pública, vencidos há mais de 360 dias.

6. Serviços em curso

São registrados nesta conta os serviços em andamento controlados pelo sistema de ordens em curso, ou seja, Ordens de Serviço, de serviços próprios da concessionária, bem como valores relativos aos gastos com pesquisas e desenvolvimento e eficiência energética.

	2015	2014
Implantação Manual de Contabilidade 2015	-	37
Serviços Próprios	2	-
Auditoria P&D/PEE - REN nº 618/2014	42	-
Projeto Eficiência Energética	349	180
Projeto Pesquisa e Desenvolvimento	367	327
	760	544

7. Tributos compensáveis

	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
ICMS sobre aquisições para o imobilizado	224	378	86	205
INSS	10	-	-	-
Outros	1	1	-	-
	235	379	86	205

Quanto ao ICMS sobre aquisições destinadas ao ativo imobilizado é permitido ao contribuinte a utilização como créditos fiscais conforme previsto no Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul – Decreto nº 37.699/97.

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

Anteriormente denominado de “ativos e passivos regulatórios” o ativo e passivo financeiro setorial já mencionado na nota 3.8 foi prospectivamente reconhecido a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A Companhia de forma prospectiva aplicou o OCPC 08 – Reconhecimento de determinados ativos e/ou passivos das distribuidoras de energia elétrica e para propiciar melhor comparabilidade divulga abaixo os montantes relativos aos exercícios de 2015 e 2014.

Conta de Compensação de Variação de custos da "Parcela A" - CVA	Circulante	
	2015	2014
Ativo		
Reajuste tarifário de 2015 em compensação		
Parcela A - CVA	1.484	364
Demais ativos financeiros setoriais	21	-
	1.505	364
Variação capturada para reajuste tarifário em 2016		
Parcela A - CVA	3.798	740
Demais ativos financeiros setoriais	704	12
	4.502	752
Total	6.007	1.116
Passivo		
Reajuste tarifário de 2015 em compensação		
Parcela A - CVA	-	2
Demais passivos financeiros setoriais	607	57
	607	60
Variação capturada para reajuste tarifário em 2016		
Parcela A - CVA	90	-
Demais passivos financeiros setoriais	2.860	-
	2.950	-
Total	3.557	60
Total Líquido	2.450	1.056

1) CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela “A”: A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis (parcela “A”) que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Os principais custos que integram a Parcela “A” são: CDE, PROINFA, Energia Elétrica Comprada para Revenda e Subsídio – Irrigação e Aquicultura (Resolução ANEEL 207/2006). Integram ainda os valores apurados referente a neutralidade da

Parcela A, apurados desde fevereiro de 2010. Os custos são registrados na Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” (CVA), atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado quando incluídos na tarifa, fixada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário.

2) Reajuste tarifário de 2015 em compensação: representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica autorizada pela ANEEL para o período de 29 de junho de 2015 a 28 de junho de 2016.

3) Custos não gerenciáveis capturados para o reajuste tarifário de 2016: É composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 29 de junho de 2015 a 31 de dezembro 2015 os quais deverão integrar o próximo reajuste das tarifas em 29 de junho de 2016.

9. Outros ativos circulantes

	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
Empregados	35	31	-	-
Fornecedores	1	-	-	-
Alienação de bens e direitos	12	-	-	-
Rendas a receber	24	23	-	-
Subvenção Residencial Baixa Renda	30	54	-	-
Parcelamentos clientes energia	-	12	-	4
Repasse CDE - Descontos na tarifa	146	333	-	-
Repasse CDE - Custos de energia	642	856	-	-
Desativações e alienações	16	-	-	-
	906	1.308	-	4

A rubrica Repasse CDE – Descontos na tarifa refere-se ao valor a ser repassado pela Eletrobrás a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O valor mensal que a HIDROPAN tem a receber é de R\$ 47 Mil.

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidroelétricas, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras. O referido decreto prevê o repasse de recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, para cobrir custos decorrentes da (a) exposição no mercado de curto prazo limitado ao montante não atendido pela alocação de quotas; (b) risco hidrológico das cotas; e (c) ESS – Encargo de serviços do sistema (usinas térmicas). No exercício de 2015, a Empresa reconheceu como compensação de custos de energia referente aos valores aportados pela CDE um total de R\$ 2.568 Milhões correspondente a 12 parcelas, das quais remanesce o saldo não recebido de R\$ 642 Mil.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre provisões temporariamente não dedutíveis, conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Diferenças temporárias		
Provisões para litígios	65	65
Base de cálculo dos créditos fiscais diferidos	<u>65</u>	<u>65</u>
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34%	34%
Total do crédito fiscal sobre diferenças temporárias	<u>22</u>	<u>22</u>
Circulante	22	22
Não Circulante	-	-
Total do crédito fiscal sobre diferenças temporárias	<u>22</u>	<u>22</u>

11. Ativo Financeiro da Concessão

O ICPC 01 (IFRIC 12) (Contratos de concessão) estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo ativo financeiro e ativo intangível.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo financeiro		
Ativo financeiro da concessão	3.479	21.537
Intangível		
Ativo intangível concessão	19.597	1.718
Total contrato de concessão	<u>23.076</u>	<u>23.255</u>

Contrato de Concessão da Concessionária

A Empresa detém a concessão para distribuição de energia elétrica nos municípios de Panambi e Condor, conforme Decreto nº 89.583 de 24 de abril de 1984. Em 18 de outubro de 2000 a Empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 086/2000, o qual regulamenta a exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantem a prestação de serviço na área de concessão. Ao findar em 2015 o prazo de exploração da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, em 8 de dezembro de 2015 a HIDROPAN e o Poder Concedente, por meio do Ministério de Minas e Energia assinaram o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 086/2000-ANEEL. Constitui o objeto deste Termo Aditivo formalizar a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 086/2000 até 7 de julho de 2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 9 de novembro de 2015, com fulcro na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461, de 2 de junho de 2015. Importante destacar que além de todas as demais cláusulas deste Aditivo, o documento impõe condições para a prorrogação. A concessionária deverá observar pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016, as condições de eficiência na prestação do serviço de distribuição e de eficiência na gestão econômica e financeira contidas nos anexos II e III do referido documento. O descumprimento de uma das condições de prorrogação dispostas nos anexos II e III por mais de dois anos consecutivos ou quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a Extinção da Concessão, respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

A concessão da HIDROPAN não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada

por auditoria do próprio órgão regulador. Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da HIDROPAN concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro de concessão e ativo intangível até 07 de julho de 2015.

Vinculação dos Bens a Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A movimentação do ativo financeiro de concessão é apresentada como segue:

	Ativo financeiro da concessão	(-) Obrigações especiais	Total do ativo financeiro da concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2014	24.609	(3.072)	21.537
Adições por transferência do intangível	(21.130)	3.072	(18.057)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.479	-	3.479

12. Investimentos

	2015	2014
Bens e Direitos para Uso Futuro	30	30
Participações Societárias Permanentes	26	25
	57	56

13. Intangível

	2015	2014
Em serviço	22.406	1.733
Em curso	503	32
	22.909	1.765
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	(3.312)	(47)
	19.597	1.718

	2015		2014	
	Custo histórico	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de concessões				
Infraestrutura de distribuição - em serviço	29.235	(10.141)	19.094	1.688
Infraestrutura de distribuição - em curso	503	-	503	30
Total de ativos intangíveis	29.737	(10.141)	19.597	1.718

As movimentações dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são as seguintes:

	Direito de Concessão		
	Infraestrutura de distribuição em serviço	Infraestrutura de distribuição em curso	Total
	Saldo em 31/12/2014	1.688	30
Adições	859	2.463	3.323
Baixas	(75)	(10)	(85)
Amortização	(1.061)	-	(1.061)
Transferência - intangíveis	-	(2.355)	(2.355)
Transferência - ativo financeiro	17.683	374	18.057
Saldo em 31/12/2015	19.094	503	19.597

Valor Recuperável dos Ativos

Aplicamos as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 01 referente o Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos e não encontramos indicativos de perdas a serem reconhecidas.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. A partir do segundo ciclo de Revisão Tarifária a quota de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação tem seus efeitos anulados no resultado contábil, através da amortização das referidas obrigações.

A composição dessas obrigações:

	2015	2014
Participação da União/Estados/Municípios	-	-
Participação do Consumidor	3.312	47
	3.312	47

A Resolução ANEEL nº 223, de 29/04/2003, que estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15, de Lei nº 10.438, de 26/06/2002, fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

14. Fornecedores

	2015	2014
Encargos de uso da rede elétrica	199	259
Suprimento de energia elétrica	2.219	1.562
Passivo Financeiro - REN 243/2006	385	239
Materiais e serviços	340	463
	3.142	2.522

O Passivo financeiro referente à aplicação da REN n.º 243/2006 tem origem com o fim dos contratos iniciais, em dezembro de 2005, quando foi necessário estabelecer novas condições para o suprimento de energia às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional — SIN, com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano. A REN n.º 243/2006, estabeleceu o desconto de 100% no componente fio B da TUSD, sendo a TE fixada pelo seu valor real. A definição do desconto na TUSD levou em consideração aspectos físicos e econômicos relacionados às

concessionárias de distribuição que não estão conectadas diretamente na rede básica. A aplicação da REN nº 243, de 2006, foi retroativa a janeiro de 2006, pois as tarifas da REN nº 206, de 2005, feriam o Decreto nº 4.541, de 2006, ou seja, havia um vício de legalidade. Portanto a cada ano, na revisão tarifária anual, a ANEEL faz uma avaliação quanto à capacidade da concessionária em suportar a integração deste item financeiro nas tarifas. No caso da HIDROPAN o valor contabilizado corresponde a valores já deferidos e integralmente aplicados a tarifa que por sua vez são repassados mensalmente a razão de 1/12 a sua respectiva supridora.

15. Empréstimos e financiamentos

Moeda Nacional	Circulante		Não Circulante	Total	
	Principal	Encargos	Principal		
	2015		2015	2015	2014
CEF	1.238	65	517	1.820	3.052
Banco Estado do RGS	584	53	292	928	1.105
BNDES	321	2	695	1.017	1.034
HP Financeira	55	13	20	88	163
Banco do Brasil	23	-	23	47	70
Eletrobrás	1.826	-	4.413	6.239	8.065
Sicredi	820	75	533	1.429	510
Outros	400	22	-	422	-
	5.267	231	6.493	11.990	14.000

Captações de empréstimos e financiamentos do exercício foram:

Os empréstimos contraídos na Caixa Econômica Federal, foram destinados para capital de giro, com taxas de CDI+0,3% a.m., 0,97% a.m. e 1,37% a.m. BNDES: foram recursos captados através do Cartão BNDES Corporativo para aquisição de equipamentos de informática e telefonia, equipamentos e materiais aplicados em linhas e redes de distribuição. Não houve imobilização de encargos deste empréstimo, visto que os equipamentos foram imobilizados imediatamente. Os juros variam de 0,84% a.m. a 1,32% a.m. e juntamente com o valor principal são amortizados mensalmente.

O empréstimo realizado junto ao Banco do Estado do Rio Grande Sul, destinado para capital de giro com taxas de 1,86% a.m. O empréstimo realizado junto a Eletrobrás, com a finalidade dos investimentos em Linha de Distribuição (LD) e Subestação (SE) de 69kV, com taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2%. Os encargos foram capitalizados durante a instalação da obra LD69kV. Empréstimo contraído junto ao Sicredi destinado a capital de giro, com taxa CDI+1,05% a.m.

Moeda nacional (equivalente em R\$)/Indexador	2015	%	2014	%
CDI + 1,05% a.m.	1.429	11,92	510	3,64
CDI + 0,3% a.m	1.020	8,50	2.277	16,27
7% a.a.	6.239	52,03	8.065	57,61
Outras	3.303	27,55	3.147	22,48
	11.990	100,00	14.000	100,00

Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo:

	Moeda nacional	
	2015	2014
2015		4.826
2016	6.781	2.578
2017	3.883	2.536
2018	2.256	1.837
2019	1.371	1.672
2020	119	112
2021	117	112
2022	114	112
2023	9	-

Mutação de Empréstimos e Financiamentos:

	Moeda nacional		
	Encargos	Circulante	Não Circulante
Em 31 de dezembro de 2013	65	1.666	12.656
Ingressos	1.079	5.907	763
Transferências	-	4.339	(4.339)
Amortizações	(1.077)	(7.058)	-
Em 31 de dezembro de 2014	66	4.853	9.080
Ingressos	1.369	11.138	2.430
Transferências	-	5.017	(5.017)
Amortizações	(1.204)	(15.742)	-
Em 31 de dezembro de 2015	231	5.267	6.493

16. Tributos

	2015	2014
ICMS	902	627
PIS	59	40
COFINS	271	183
CSLL	35	43
IRPJ	79	115
INSS	74	75
Outras	30	56
	1.449	1.138

17. Provisões para litígios

No julgamento da Administração são poucas as ações em que a HIDROPAN está envolvida. No entanto, face a Resolução CFC nº 1.180/2009, CPC 25 e baseados na opinião de consultores jurídicos contratados foi realizada uma criteriosa avaliação do que restou a provisionar os processos com probabilidade de perda classificada como provável. As provisões ficaram assim constituídas:

Provisões Passivas	2015	2014
Trabalhista	10	10
Cível	55	55
	65	65

18. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos Acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Legislação Societária vigente. A Empresa pagou aos Acionistas, como distribuição de lucros, o valor de R\$ 1.440 mil, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro Líquido do exercício	2.109	3.178
Efeitos fiscais pela opção juros sobre capital próprio	<u>(253)</u>	<u>(177)</u>
Lucro Líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre capital próprio	1.856	3.001
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	<u>(93)</u>	<u>(150)</u>
Base de distribuição dividendos	<u>1.763</u>	<u>2.851</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>441</u>	<u>713</u>
Imposto de renda retido sobre juros capital próprio	(112)	(78)
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	<u>999</u>	<u>722</u>
Distribuição de lucros	<u>1.440</u>	<u>1.435</u>
Percentual de juros sobre capital próprio/dividendos	81,64%	50,32%

Composição dos saldos e distribuição de Dividendos e juros a Pagar:

	<u>A pagar</u>		<u>Distribuídos</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Dividendos	8	82	-	100
Dividendo Mínimo Obrigatório	67	64	696	815
Juros sobre Capital Próprio	63	62	744	520
	<u>137</u>	<u>209</u>	<u>1.440</u>	<u>1.435</u>

19. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são cobranças específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas em Lei.

Composição do Saldo dos encargos:

	<u>Passivo Circulante</u>		<u>Passivo Não Circulante</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	526	439	74	68
Programa de Eficiência Energética - PEE	905	654	185	171
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	760	44	-	-
Taxa de fiscalização – TFSEE	5	5	-	-
Encargos Tarifários Emergenciais	2	2	-	-
Adicional Bandeira Vermelha	1.140	-	-	-
	<u>3.338</u>	<u>1.143</u>	<u>260</u>	<u>240</u>

20. Outros passivos circulantes

	Circulante	
	2015	2014
Consumidores - PIS/COFINS	209	35
Consumidores - Conta paga em duplicidade	4	2
Diretores, Conselheiros e acionistas	9	3
Contribuição para Iluminação Pública	28	22
Outros Credores Transferência ICMS	486	-
Arrecadação para Entidades Comunitárias	89	35
	824	97

21. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 6.500 milhões, representado por 394.903 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reservas de Lucros

	2015	2014
Reserva legal	1.300	1.300
Reserva Retenção de lucros	6.791	6.122
	8.091	7.422

Reserva Legal é constituída aplicando-se 5% sobre o lucro líquido do exercício de cada ano, conforme legislação societária. Já em 2014 a HIDROPAN atingiu o limite societário de 20% sobre o capital social para constituição de Reserva Legal. A constituição da Reserva Retenção de Lucros tem o objetivo de atender ao fluxo orçamentário de capital e de investimentos.

22. Receita Operacional Líquida

Receita	Nº de consumidores		MWh		Reais Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Residencial	16.059	15.618	33.021	34.451	26.490	18.781
Industrial	167	169	42.465	53.879	22.688	17.217
Comercial	1.112	1.089	17.462	18.196	11.746	7.917
Rural	268	279	2.744	3.102	1.099	734
Poder Público	154	149	2.460	2.564	1.706	1.165
Iluminação Pública	9	9	4.926	4.813	1.932	1.177
Serviço Público	18	18	2.703	2.757	1.546	952
Consumo Próprio	6	6	198	200	-	-
Fornecimento Não Faturado					91	921
Obrigações Especiais (-)*					(267)	(205)
Ativo financeiro setorial líquido					(1.022)	-
	17.793	17.337	105.979	119.962	66.008	48.660
Outras Receitas						
Receita de Construção					1.489	1.592
Outras Receitas Operacionais (nota 24)					1.279	1.054
					2.769	2.647
Total da Receita Operacional Bruta					68.776	51.307
Deduções						
Tributos						
PIS					(1.165)	(819)
COFINS					(5.363)	(3.769)
ICMS					(14.599)	(10.359)
ISS					(6)	(4)
Subtotal					(21.133)	(14.951)
Encargos Setoriais						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(176)	(165)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(176)	(165)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(4.873)	(522)
Taxa de Fiscalização					(61)	-
Reserva Global de Reversão - RGR					-	4
Adicional Bandeiras Tarifárias					(4.872)	-
Subtotal					(10.157)	(847)
Total de Deduções da Receita					(31.290)	(15.798)
Total Receita Operacional Líquida					37.486	35.509

* Obrigações Especiais: De acordo com a orientação da ANEEL contida no Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, e de acordo com a metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser contabilizadas como obrigações especiais a partir da data contratual da revisão tarifária da concessionária.

23. Outras Receitas Operacionais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Renda da Prestação de Serviços	46	41
Arrendamento e Aluguéis	246	164
Descontos Tarifários	621	516
Serviço Taxado	128	117
Subvenção Residencia Baixa Renda	190	193
Ganhos na baixa/alienação de bens	49	23
	<u>1.279</u>	<u>1.054</u>

Outras Receitas Operacionais: São receitas decorrentes da prestação de serviços taxados, alugueis de uso mútuo de postes, taxas sobre vistorias, ligação e religação de unidades de consumo, aferição de medidores, emissão de 2ª via de conta, verificação de níveis de tensão a pedido do consumidor e outros que venham a ser estabelecidos pelo órgão regulador. Ainda contempla a rubrica Repasse CDE – Descontos na tarifa que refere-se ao valor a ser repassado pela Eletrobrás a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

24. Custos com energia elétrica

<u>Energia Comprada</u>	<u>Quantidade MWh</u>		<u>Reais Mil</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rio Grande Energia S/A - RGE	99.068	110.989	22.950	19.418
Proinfa	2.975	2.832	741	731
Subtotal	<u>102.043</u>	<u>113.821</u>	<u>23.691</u>	<u>20.149</u>
Crédito de Pis/Cofins - Energia Comprada			(2.412)	(2.101)
			<u>21.279</u>	<u>18.048</u>
<u>Uso da Rede de Energia</u>				
Encargos de uso da Rede Elétrica			2.122	2.367
Crédito de Pis/Cofins			(198)	(214)
			<u>1.923</u>	<u>2.153</u>
Total custo com energia elétrica			<u>23.202</u>	<u>20.201</u>

25. Outros custos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Arrendamento e Aluguéis	62	38
Seguros	46	49
Doações	39	81
Provisão	11	37
Recuperação de despesas	(18)	(24)
Tributos	38	37
Indenização por perdas e danos	34	44
Taxa de arrecadação	158	148
Taxas bancárias	19	10
Conselho de Consumidores	23	12
Perdas na alienação e desativação de bens	95	85
Outros	-	53
	<u>507</u>	<u>569</u>

26. Resultado Financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita Financeira		
Aplicações Financeiras	3	20
Deságio aquisição crédito ICMS	88	-
Multa/Juros s/ctas energia elétrica	480	270
Outras Receitas Financeiras	5	14
	<u>576</u>	<u>304</u>
Despesa Financeira		
Encargos de Dívidas	1.509	1.172
PEE e P&D	114	87
Juros sobre Capital Próprio	744	520
Multa DIC-FIC	18	12
Outras Despesas Financeiras	164	131
	<u>2.549</u>	<u>1.922</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(1.973)</u>	<u>(1.618)</u>

27. Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para Contribuição Social e o Imposto de Renda

Em 2015, baseados no planejamento tributário e demais análises de conjuntura, as quais demonstravam uma perspectiva de que as tarifas não acompanhariam o crescimento de mercado de energia por consequência uma queda nos resultados da empresa, optamos pela sistemática de apuração do Imposto de Renda baseada no Regime de Tributação do Lucro Real.

Apuração do imposto de renda e contribuição social

	Contribuição Social		Imposto de Renda	
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	2.037	3.493	2.037	3.493
Reversão dos juros sobre capital próprio	744	520	744	520
Lucro ajustado	2.781	4.013	2.781	4.013
Contribuição social e imposto de renda calculados (9% e 25%)	250	361	671	979
Efeitos fiscais sobre:				
Efeito líquido juros sobre capital próprio	(67)	(47)	(186)	(130)
Efeito das adições permanentes e temporárias	23	34	64	95
Efeito das exclusões	(21)	(118)	(58)	(328)
Diferimento/Reversão IRPJ e CSLL diferidos	-	2	-	4
Contribuição social e imposto de renda calculados (9% e 25%)	185	232	491	621
Incentivos fiscais	-	-	(5)	(18)
Contribuição social e imposto de renda no resultado	185	232	486	603

28. Instrumentos financeiros

O negócio da HIDROPAN compreende a distribuição de energia elétrica para os consumidores de sua área de concessão, portanto os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Aplicações Financeiras em fundos, os valores contabilizados se aproximam do valor de mercado.
- Empréstimos e Financiamentos, o valor de mercado se aproximam dos valores contábeis.
- Valor justo, é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Empresa pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da HIDROPAN podem ser os seguintes:

- Risco de Crédito: A Empresa está obrigada, por força da regulamentação do Setor de Energia Elétrica e por cláusula incluída no Contrato de Concessão, a fornecer energia elétrica para todos os consumidores localizados na área de concessão. Há um risco inerente de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a empresa monitora as contas a receber de consumidores, suspendendo o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, para refletir possíveis riscos de realização das contas a receber.

- Risco de Preço: Anualmente as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base nas variações dos custos não gerenciáveis (denominados "Parcela A") e pela variação do IGP-M para os custos gerenciáveis (denominados "Parcela B"). Esses pleitos são revisados e homologados pela ANEEL. As tarifas, de acordo com o Contrato de Concessão, devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Empresa.

29. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições de similaridade às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, quanto a preços, prazos, encargos e qualidade, que contratassem com base em sua livre vontade e seu melhor interesse.

Os saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são apresentadas a seguir, bem como o montante das transações envolvidas, ressalta-se que os ativos abaixo demonstrados estão incluídos em ativo financeiro de concessão ou ativo intangível:

Partes Relacionadas	2014				
	Ativo	Ativo	Passivo	Passivo	Receita
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	(Despesa)
Knorr Produtos e Serviços Elétricos S/A					
Material, Serviços e Aluguéis	-	239	32	-	(21)
	2015				
Knorr Produtos e Serviços Elétricos S/A					
Material, Serviços e Aluguéis	-	231	2	-	(22)

30. Seguros

A Concessionária possui apólices com coberturas de acordo com a orientação de especialistas, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância segurada	Prêmio
Riscos nomeados - veículos	08/06/2015 a 31/08/2016	621	6
Riscos nomeados - equipamentos	27/03/2015 a 27/03/2016	985	8
Incêndio - imóveis próprios	30/05/2015 a 14/06/2016	1.778	6
Responsabilidade Civil - pessoal	31/12/2015 a 31/12/2016	10.754	24
Responsabilidade Civil - veículos	08/06/2015 a 31/08/2016	2.845	27
		16.983	71

31. Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento

A HIDROPAN cumpriu rigorosamente os prazos de recolhimentos dos recursos para F.N.D.C.T. e para a E.P.E./M.M.E. Atualmente está em execução o projeto de Pesquisa e Desenvolvimento denominado: Desenvolvimento de metodologia de avaliação do potencial eólico para terrenos complexos visando geração distribuída e em 2015 deu continuidade a execução do projeto de eficiência energética que consiste em promover a efficientização em comunidades de baixo poder aquisitivo através de conscientização e substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas bulbo LED, geladeiras e trocadores de calor, informar os consumidores sobre os benefícios dos projetos de eficiência energética, bem como as exigências legais.

Abaixo segue a demonstração dos recursos pendentes de aplicação referente aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	509	420	74	68
FNDCT	11	12	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	5	6	-	-
Total de Pesquisa e Desenvolvimento	526	439	74	68
Programa de Eficiência Energética - PEE	905	654	185	171
	1.431	1.092	260	240

32. Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica "Luz para Todos" foi instituído pelo Decreto nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Na área de concessão da Hidroelétrica Panambi S.A., o atendimento a todos os consumidores está contemplado com a universalização, não havendo necessidade de inclusão da Empresa no programa "Luz para Todos".

33. Questões Sociais e Ambientais

A Hidroelétrica Panambi possui Licença de Operação concedida pela FEPAM da PCH Rio Palmeira e PCH Rio Alegre. De acordo com as condições e restrições exigidas pelo órgão ambiental do estado, a HIDROPAN está executando atividades de monitoramento da qualidade da água e ictiofauna, Programa de Educação Ambiental, controle de processos erosivos, recomposição das Áreas de Preservação Permanente, entre outras atividades. As atividades envolvem as equipes de meio ambiente (Geólogo, Biólogo e Engenheiro Florestal) e funcionários da HIDROPAN, lindeiros das PCH's, escolas e comunidade dos municípios de Panambi e Condor. No quadro abaixo apresentamos os gastos com meio ambiente despendidos no exercício de 2015, bem como a previsão de gastos para o exercício seguinte:

Natureza	2015		Previsão 2016	
	Imobilizado	Resultado	Imobilizado	Resultado
Material e Serv.Terceiros	-	74	-	80

34. Ajuste a Valor Presente

Observando as disposições do CPC 01 e por se tratarem de valores irrelevantes nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores não houve ajustes a valor presente no resultado da empresa.

35. Ajuste de exercícios anteriores

A Companhia recebeu R\$ 874 mil via abatimento em suprimento de energia elétrica, decorrente de valores pagos indevidamente em função de ajustes na contratação de energia nos anos de 2010 e 2013 junto a supridora Rio Grande Energia S/A. Em atendimento a Deliberação CVM nº. 592/2009 que aprovou o CPC 23 a sociedade procedeu com os ajustes dos correspondentes saldos de abertura de forma retrospectiva para efeitos de apresentação e comparação das Demonstrações Financeiras.

36. Eventos subsequentes

Cisão Parcial

Em 23 de julho de 2015, a HIDROPAN, por meio do Ofício HP nº 129/2015, registrado sob o SIC nº 48513.020566/2015-00, protocolou junto a ANEEL pedido de anuência prévia para: a) Alteração de atos constitutivos: Redução de capital social em função da proposta de cisão societária motivada pela desvinculação dos ativos de geração de propriedade da distribuidora, e demais imóveis administrativos inservíveis a concessão; e b) Desvinculação de bens: Desvinculação dos ativos de geração da concessionária e demais imóveis administrativos no sentido de viabilizar a desverticalização das atividades da empresa. A intenção da Hidropan é implementar a Cisão Parcial mediante a transferência de ativos de geração e outros ativos inservíveis a concessão (parcelas do ativo consistidos de bens imóveis, obras civis, máquinas, equipamentos e instalações) que hoje integram o seu patrimônio. Tais ativos serão incorporados pela Hidropan Participações S.A., sua parte relacionada (as empresas têm os mesmos sócios). Decorrido o prazo para análise do processo a ANEEL, em 03 de março de 2016 publicou o Despacho nº 485 confirmando a anuência. De posse da anuência da ANEEL, a HIDROPAN poderá efetivamente operacionalizar o processo de cisão parcial.

DIRETORIA

Eduardo Knorr Diretor CPF – 543.366.780-49	Olávio José Melchiors Diretor CPF – 249.848.509-06
--	--

Lázaro de Moura Schumann
Contador – CRC/RS Nº 77.515
CPF – 967.608.770-04

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

OTTO WILLY KNORR
CPF – 007.180.760-87

WALTER ALFREDO LOOSE
CPF – 060.649.730-72

RUY KNORR
CPF – 065.130.260-91

LARS KNORR
CPF – 594.507.970-72

EDUARDO KNORR
CPF – 543.366.780-49

HERBERT KNORR
CPF - 065.405.119-49

UDO CARLOS LOOSE
CPF - 187.430.480-72

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas de
HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A
PANAMBI-RS**

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis da **HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados



nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base de opinião com ressalva

Conforme nota explicativa de nº. 36 a sociedade reconheceu o montante de R\$ 874 mil como ajuste credor de exercício anterior e ajustou os saldos de abertura correspondentes na forma retrospectiva. Todavia, o respectivo montante deveria ter sido reconhecido ao resultado do exercício findo em 2015, porquanto, não se refere a mudança de política, estimativa contábil ou de retificação de erro. Neste sentido, o lucro líquido do exercício corrente restou a menor em R\$ 577 mil, já deduzido dos efeitos tributários dos impostos sobre lucro.

Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo base para a opinião com ressalva as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado findo em 31 de dezembro de 2015, que está sendo apresentada para propiciar informações suplementares sobre a entidade, não é requerida como parte integrante das demonstrações contábeis às sociedades anônimas de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de

AUCON

Auditores & Consultores

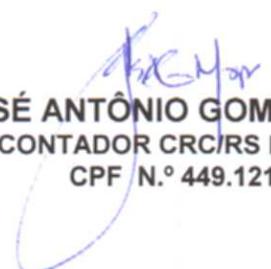
auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 18 de março de 2016.

AUCON

Auditores & Consultores


**AUCON AUDITORES & CONSULTORES
ASSOCIADOS S/S**
CRC/RS N.º 4.414
CNPJ N.º 07.794.284/0001-84


JOSÉ ANTÔNIO GOMES MARQUES
CONTADOR CRC/RS N.º 51.223/0-8
CPF N.º 449.121.370-49

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A HIDROPAN atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 89 anos de existência. Em 2015, o mau desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo negativo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com uma queda de 21,18% com relação à 2014. O consumo do setor residencial também foi representativo, atingindo o patamar de 33.021 MWh (34.451 MWh em 2014). Somada, a demanda dos dois setores representa 71,23% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2015 (73,63% em 2014). O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Outorgada para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio do resultado do Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC, onde a HIDROPAN em 2015 ficou classificada entre as 63 distribuidoras de energia elétrica pesquisadas, em 6º lugar.

Distribuição de energia elétrica

Atualmente, A HIDROPAN é responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Panambi e Condor, localizados na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Na produção de energia é integrada por duas PCH's, interligadas com o sistema de distribuição. Para atender a demanda de 17.793 unidades consumidoras em uma área de concessão de 151 km², a HIDROPAN conta com 59 colaboradores próprios, dispõem de uma estrutura com 530 km de redes de distribuição primária e secundária, uma moderna linha 69kV de 40 km e uma subestação entrada linha de 69kV. Com sede em Panambi - RS, é uma sociedade anônima, de capital fechado, fundada em 26 de setembro de 1926, sendo uma empresa com formação típica familiar, contando atualmente com 28 acionistas.

. **Ligação de consumidores** - foram realizadas, no ano, 456 novas ligações com destaque 441 residenciais e 23 comerciais, totalizando 17.793 consumidores atendidos pela HIDROPAN, número 2,63% superior ao de 2014.

Número de Consumidores

Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	14.258	14.674	15.121	15.618	16.059
Comercial	990	1.032	1.057	1.089	1.112
Industrial	158	160	165	169	167
Rural	259	280	288	279	268
Poderes Públicos	130	135	141	149	154
Iluminação Pública	9	9	9	9	9
Serviço Público	17	17	17	18	18
Outros	7	7	6	6	6
Total	15.828	16.314	16.804	17.337	17.793
Varição	3,52%	3,07%	3,00%	3,17%	2,63%

. **Comportamento do mercado** - A distribuição de energia da HIDROPAN no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de 105.979 MWh (119.962 MWh em 2014).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado negativo foram o industrial e o rural. A classe industrial foi a que teve maior declínio, com 21,18%, que se deve à significativa redução dos seguintes ramos de atividade: fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, com redução de 23,52% e a metalurgia, com -24,90%. A classe rural apresentou redução de 11,54% no consumo de energia elétrica, o que mostra que esse setor também se adequou a realidade econômica apresentada no ano de 2015 e reduziu significativamente seu consumo.

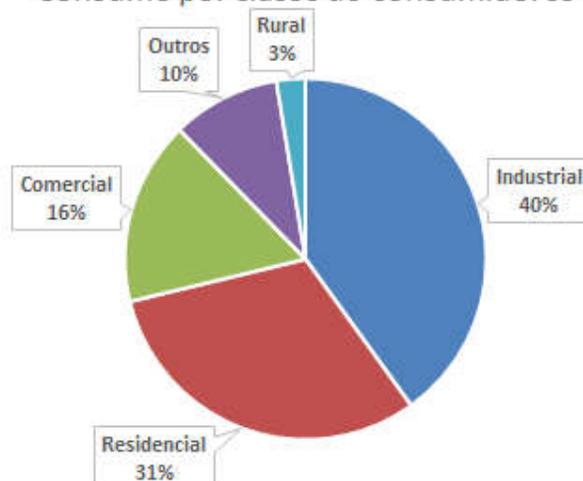
. A classe residencial apresentou declínio de 4,15%, refletindo o aumento no nível de desemprego no estado, conforme dados publicados pela FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

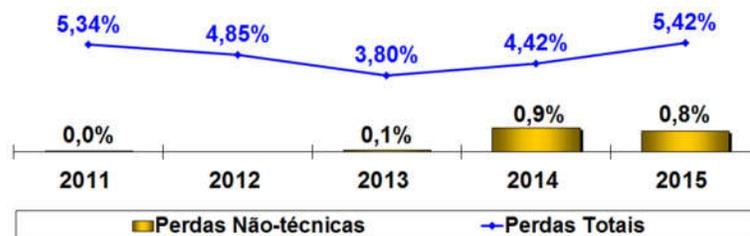
Mercado Atendido - MWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	101.242	104.865	114.801	119.962	105.979
Fornecimento	101.242	104.865	114.801	119.962	105.979
Residencial	27.424	29.194	31.209	34.451	33.021
Comercial	14.078	16.370	16.906	18.196	17.462
Industrial	48.587	46.657	53.557	53.879	42.465
Rural	2.206	2.963	2.945	3.102	2.744
Poderes Públicos	2.030	2.218	2.307	2.564	2.460
Iluminação Pública	4.289	4.436	4.718	4.813	4.926
Serviço Público	2.454	2.847	2.971	2.757	2.703
Consumo Próprio	174	180	188	200	198
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	101.242	104.865	114.801	119.962	105.979
Variação	9,22%	3,58%	9,48%	4,50%	-11,66%

Consumo por classe de consumidores



. **Perdas** - As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram uma evolução positiva de 9,58% de 2014 para 2015. Embora os resultados apresentem aumento do volume de perdas, as mesmas têm se mantido estabilizadas.

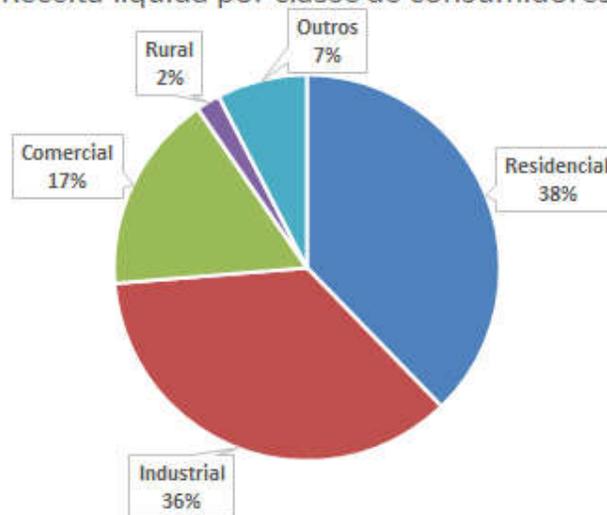
Energia Requerida - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia	101.242	104.865	114.801	119.962	105.979
- Fornecimento	101.242	104.865	114.801	119.962	105.979
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	101.242	104.865	114.801	119.962	105.979
Perdas na Rede Básica					
Pernas na Distribuição	5.710	5.340	4.533	5.544	6.075
Perdas Técnicas	5.657	5.548	4.416	4.353	5.145
Perdas não Técnicas - PNT	53	(208)	117	1.191	930
PNT / Energia Requerida %	0,0%	-0,2%	0,1%	0,9%	0,8%
Perdas Totais - PT	5.710	5.340	4.533	5.544	6.075
PT / Energia Requerida %	5,34%	4,85%	3,80%	4,42%	5,42%
Total	106.952	110.205	119.334	125.506	112.054



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 53,7 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita Líquida em R\$ mil		
	2015	2014	%
Residencial	19.888	14.110	40,95
Industrial	18.960	14.290	32,67
Comercial	8.793	5.940	48,02
Rural	1.061	708	49,98
Outros	3.996	3.458	15,57
Total	52.698	38.506	36,86

Receita líquida por classe de consumidores



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 2,63 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	Número de Consumidores		
	2015	2014	%
Residencial	16.059	15.618	2,82
Industrial	1.112	1.089	2,11
Comercial	167	169	- 1,18
Rural	268	279	- 3,94
Outros	187	182	2,75
Total	17.793	17.337	2,63

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2015, atingiu R\$ 414,41/MWh, com aumento de 40,02% com relação a dezembro de 2014. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. A RTE aplicada teve por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia. O efeito médio percebido pelos consumidores da HIDROPAN em decorrência da RTE foi de 31,84%. Adicionalmente em 2015, por meio da Resolução ANEEL nº 1.908 de 23/06/2015, a HIDROPAN foi autorizada a aplicar o reajuste tarifário anual com efeito médio percebido de 0,68% nas tarifas de seus consumidores.

Classe	Tarifa média de fornecimento em R\$/MWh
Residencial	541,23
Industrial	426,74
Comercial	487,81
Rural	382,43
Outros	446,45

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de espera (horas)
2015	5,96	8,70	0,70
2014	6,73	10,14	0,75
2013	5,38	11,03	0,66
2012	17,05	19,21	0,83
2011	10,74	13,41	0,81

Atendimento ao consumidor - Desde o início do ano de 2015, a HIDROPAN está com o novo site disponível para facilitar o acesso aos consumidores. Com design moderno, tecnologia avançada e ampla quantidade de elementos, a página www.hidropan.com.br proporciona uma experiência de navegação mais dinâmica e interativa. A nova plataforma proporciona ao cliente um acesso mais rápido aos serviços da “Agência Virtual”.

Através do site, o consumidor pode requisitar na “Agência Virtual”, serviços antes realizados somente por telefone ou via agência de atendimento presencial, tais como: emissão de segunda via, atualização de dados cadastrais, número de telefone (SMS), e-mail, informar autoleitura, solicitar informações, simulador de consumo, consultar histórico de consumo, consultar normas técnicas, tarifas vigentes, entre outros.

A área social também recebeu um espaço de destaque no portal. Ao acessar o site, o usuário encontrará em “Compromisso Social” dicas de segurança relacionadas à energia elétrica no ambiente doméstico. Ainda podem ser encontradas dicas de economia de energia. No link dedicado ao Programa de Eficiência Energética (PEE) da Hidropan, o consumidor encontrará os principais projetos desenvolvidos pela companhia.

Mobile

A Hidropan disponibiliza, para os consumidores que possuem smartphones, uma versão mobile da “Agência Virtual” da concessionária. O cliente poderá acessar a página da Hidropan adaptada ao sistema de telefonia móvel.

Tecnologia da informação - Os investimentos na área de TIC tiveram o objetivo de melhorar as áreas de medição de energia do Grupo A, atendimento ao cliente e rede de comunicação de rádio.

Foi ampliado o número de pontos medidos através de sistema de tele medição do Grupo A com a utilização da tecnologia da telefonia celular.

Para atender melhor o consumidor, foi instalado um novo servidor web e implantado uma Agência de Atendimento Virtual e um sistema de mensagens SMS integrados com o Banco de Dados. Foram feitas melhorias no layout e funcionalidades da página web utilizando as últimas tecnologias que são empregadas em seu desenvolvimento.

Substituição da Rede de Comunicação VHS por equipamentos com tecnologia de transmissão digital através de contrato de locação com empresa especializada. Isso possibilitou uma ampliação da área de cobertura do sinal com significativa melhora na qualidade da comunicação.

Implantação de um sistema de rastreamento GPS nos veículos leves e pesados da empresa, permitido a sua localização imediata e possibilitando o deslocamento em menor tempo a um local para o atendimento de uma ocorrência. O sistema permite a visualização online da posição do veículo em mapa do Google. Também permite a integração com o sistema GIS utilizado na companhia.

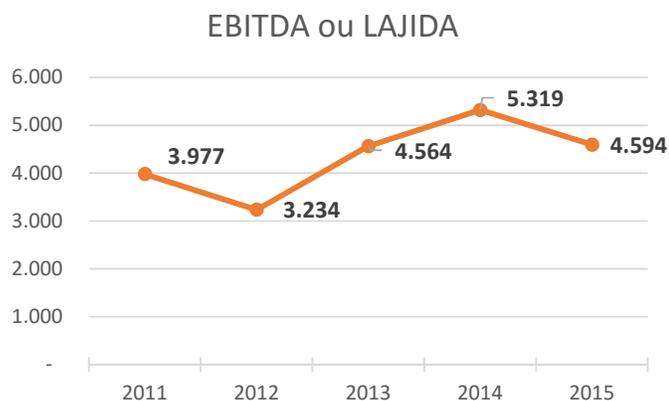
Desempenho econômico-financeiro

Em 2015, o lucro líquido foi de R\$ 1,867 milhões, contra R\$ 2,025 milhões em 2014, um decréscimo de 7,8%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 35,211 milhões, enquanto em 2014 situou-se em R\$ 32,782 milhões. Esse aumento de 7,41 % resulta da evolução do efeito dos encargos setoriais incluídos na tarifa

dos consumidores finais que cresceram mais de 1.000% em relação ao ano anterior combinado com os efeitos do reajuste médio tarifário que em 2015 foi de 0,68% e o reajuste extraordinário que foi de 31,84%.

As despesas operacionais totalizaram em 2015 R\$ 31,920 milhões, 10,43% superiores em relação à 2014, destacando-se os custos com: energia elétrica comprada para revenda que cresceu 18,13%. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 9,76% contra 10,8% em 2014.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 4,594 milhões, inferior em 13,63% a 2014, que foi de R\$ 5,319 milhões, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2015, os investimentos da HIDROPAN, importaram em R\$ 1,38 milhão, 17,41% inferiores em relação à 2014, dos quais R\$ 1.280 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 6.395 mil.

Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2015				
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
AIS Bruto ¹	5.437	1.616	1.280	2.744	441	276	268	277
Transformador de Distribuição	201	247	194	71	43	16	8	17
Medidor	144	252	237	220	196	196	196	196
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	389	304	381	429	64	64	64	64
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.002	771	467	424	138	-	-	-
Redes Alta Tensão (69 kV)	70	-	-					
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)		-	-					
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)		-	-					
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)		-	-					
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	3.460	-	-	1.600				
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)		-	-					
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)		-	-					
Demais Máquinas e Equipamentos	169	42	1					
Obrigações Especiais do AIS Bruto	918	610	518	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	825	405	251					
Outros	93	205	267	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	93	205	267	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	44	83	108	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	49	122	159	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

R\$ Mil	2015R	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P
Plano de Investimentos 2015	1.280	2.744	441	276	268	277

R\$ Mil	2015P	2016R	2017R	2018R	2019R
Plano de Investimentos 2014	1.108	1.398	190	281	191

Diferença	15,5%	96,3%	132,4%	-1,7%	40,5%
------------------	--------------	--------------	---------------	--------------	--------------

Captações de recursos: Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a HIDROPAN captou um total de R\$ 235 mil em recursos de financiamentos, destacando-se a linha do Cartão BNDES.

Valor adicionado: Em 2015, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela HIDROPAN foi de R\$ 40,88 milhões, representando 59,45% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Entretanto, a HIDROPAN optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 90 da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a sua dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. No exercício de 2015, a HIDROPAN pagou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 744 mil (R\$ 520 mil em 2014).

Além disso, a HIDROPAN reteve o saldo remanescente do lucro líquido do exercício como Reserva de Lucros para Expansão, de modo a assegurar a realização de obras no exercício seguinte, devidamente justificado pelo orçamento de capital pela Outorgada.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da HIDROPAN era de R\$ 6,5 milhões, composto por 394.903 ações ordinárias (100%), sem valor nominal.

Atendimento a acionistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a HIDROPAN coloca à disposição dos seus acionistas atendimento personalizado na sua sede à Rua Sete de Setembro, 918 – Centro – Panambi - RS. O atendimento presta informações sobre a posição acionária individual, dividendos, solicitações para a emissão de certificados e crédito dos dividendos, e demais informações para o bom relacionamento entre a Companhia e seus Acionistas. Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone, com ligações pelo sistema DDR por meio do número: 55 3376 9800.

Gestão

Administração: A HIDROPAN tem como um de seus mais valiosos ativos intangíveis a concessão para exploração de distribuição de energia elétrica. O contrato de concessão de distribuição da HIDROPAN foi prorrogado por mais 30 anos. A prorrogação, com início de vigência a partir de 7º de julho de 2015, trouxe alterações em relação ao contrato atual, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira. Ao obter, no final do ano 2015, a prorrogação do contrato de concessão, a HIDROPAN entrou na fase final de sua reestruturação organizacional, em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira. A medida atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A HIDROPAN, preocupada com o processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico, elaborou seu plano estratégico de longo prazo.

A concepção desse planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças estruturais do setor elétrico e da conjuntura econômica global.

Gestão pela qualidade total: A HIDROPAN implementou e certificou o Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com as Normas ISO 9001 e 10002, tendo como objetivo melhorar continuamente os Processos de: a) Processo de Coleta dos Dados e Apuração dos Indicadores Comerciais e de Continuidade; b) Envio dos Indicadores Comerciais e de Continuidade à Aneel; c) Distribuição de Energia Elétrica para Panambi e Condor; d) Tratamento de Reclamações dos Consumidores (NBR ISO 10002).

A Política de Qualidade é Prestar serviços com qualidade e eficiência, distribuindo energia elétrica de forma sustentável em Panambi e Condor.

A política da gestão de reclamações de clientes da Hidropan está alicerçada na agilidade, transparência, eficiência e eficácia de seus serviços. Através desta política, estamos comprometidos com o aprimoramento de nossos processos, objetivando a melhoria contínua dos serviços prestados e da satisfação dos clientes.

Recursos humanos: O setor de Recursos Humanos da HIDROPAN assessorou a direção e setores da empresa em atividades de planejamento, contratações, negociações de relações humanas e do trabalho, bem como atuou em processos de orientação sobre a importância da saúde e segurança no trabalho.

O RH é responsável por uma série de atividades e processos, que procuram fazer com que as pessoas alcancem as metas e objetivos propostos através de um tipo de comportamento, atitudes ou cultura. Também cuida dos processos que selecionam as pessoas, treinam, desenvolvem e remuneram as pessoas. Em 2015, foi expressivo o investimento em capacitação dos colaboradores, a média foi de 42,22 horas por colaborador. Entre eles tiveram cursos obrigatórios e legais, de capacitação e desenvolvimento, além de vivenciar novas realidades com a experiência dos instrutores.

A Hidropan continua acompanhando e incentivando os colaboradores a darem seguimento nos estudos, principalmente em relação àqueles que não possuem o nível fundamental e médio completo.

O RH, anualmente realiza uma pesquisa de satisfação do Colaborador, com o objetivo de medir o clima no ambiente de trabalho. Segundo o autor Coda, o clima é o indicador do grau de satisfação dos membros de uma empresa, em relação a diferentes aspectos da organização, tais como políticas de RH, modelo de gestão, missão da empresa, processo de comunicação, valorização profissional e identificação com a empresa.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a HIDROPAN vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

HIDROPAN em números

Atendimento	2015	2014	%
Número de consumidores	17.793	17.337	2,63
Número de empregados	59	64	- 7,81
Número de consumidores por empregado	302	271	11,33
Número de localidades atendidas	2	2	-
Número de agências	1	1	-
Número de postos de atendimento	2	2	-
Número de postos de arrecadação	19	24	- 20,83
Mercado			
Área de concessão (Km ²)	151	151	-
Geração própria (GWh)	10	12	- 14,32
Demanda máxima (MWh/h)	23,35	25,38	- 8,00
Distribuição direta (GWh)	106	120	- 11,66
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.883	2.011	- 6,36
Tarifas médias anuais de fornecimento (R\$ por MWh)			
Total (exceto curto prazo)	414,41	295,96	40,02
Residencial	541,23	420,57	28,69
Industrial	426,74	279,51	52,67
Comercial	487,81	342,12	42,58
Rural	382,43	206,59	85,12
DEC (horas)	5,96	6,73	- 11,44
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	40.439	40.439	-
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	3.650	3.650	-
FEC (número de interrupções)	8,70	10,14	- 14,20
Número de reclamações por 10.000 consumidores	1.145,73	1.396,84	- 17,98
Operacionais			
Número de usinas em operação	2	2	-
Número de subestações	1	1	-
Linhas de distribuição (Km)	529,4	530	- 0,11
Capacidade instalada (MW)	29,20	29,90	- 2,34
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	66.469	48.540	36,94
Receita operacional líquida (R\$ mil)	35.211	32.782	7,41
Margem operacional do serviço líquida (%)	9,35	11,82	- 20,96
EBITDA ou LAJIDA (R\$ mil)	4.594	5.319	- 13,63
Lucro líquido (R\$ mil)	1.867	2.025	- 7,78
Lucro líquido por ação (R\$)	4,73	5,13	- 7,78
Patrimônio líquido (R\$ mil)	19.140	18.746	2,10
Valor patrimonial por ação (R\$)	48,47	47,47	2,10
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	9,76	10,80	- 9,68
Endividamento do patrimônio líquido (%)			
Em moeda nacional (%)	62,65	74,68	- 16,11
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários (R\$)	2.313,14	1.860,42	24,33
Energia Gerada / Comprada por Funcionário em MWh	1.899,22	1.961,02	- 3,15
Energia Gerada / Comprada por Consumidor em MWh	6,30	7,24	- 13,01
Retorno de Ativos por unidade	7,43	10,04	- 26,04

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da HIDROPAN. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da HIDROPAN.

Panambi – RS, 15 de março de 2016.

A Administração

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativos	Notas	2015	2014
Ativo Circulante		15.725	9.549
Caixa e equivalentes de caixa		400	116
Consumidores	(4)	7.292	5.904
Serviços em curso		760	544
Tributos compensáveis		235	379
Almoxarifado operacional		72	85
Ativos financeiros setoriais	(6)	6.007	1.116
Despesas pagas antecipadamente		53	96
Outros ativos circulantes		906	1.308
Ativo Não Circulante		28.582	29.051
Tributos compensáveis		86	205
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(8)	22	22
Bens e Direitos para Uso Futuro		30	30
Outros ativos não circulantes		-	4
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		26	25
Imobilizado	(5)	27.166	27.551
Intangível	(5)	1.251	1.212
Total do ativo		44.307	38.599

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
 CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivos e Patrimonio Líquido	Notas	2015	2014
Passivo Circulante		18.415	10.534
Fornecedores		3.142	2.522
Empréstimos e financiamentos	(7)	5.498	4.920
Obrigações sociais e trabalhistas		406	380
Tributos		1.449	1.138
Provisões para litígios	(9)	65	65
Dividendos e juros sobre o capital próprio		137	209
Encargos setoriais		3.338	1.143
Passivos financeiros setoriais	(6)	3.557	60
Outros passivos circulantes		824	97
Passivo Não Circulante		6.752	9.319
Empréstimos e financiamentos	(7)	6.493	9.080
Encargos setoriais		260	240
Patrimônio líquido	(11)	19.140	18.746
Capital social		6.500	6.500
Outros Resultados Abrangentes	(11.3)	4.551	4.826
Reservas de lucros		8.091	7.422
(-) Ações próprias em tesouraria		(2)	(2)
Total do passivo e Patrimônio Líquido		44.307	38.599

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Demonstrações do Resultado
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso	(12)	66.469	48.540
Fornecimento de Energia Elétrica		37.682	32.893
Disponibilização do Sistema de Distribuição		29.349	14.715
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(1.499)	105
Serviços Cobráveis		128	117
Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		811	709
Tributos		(21.101)	(14.951)
ICMS		(14.599)	(10.359)
PIS-PASEP		(1.160)	(819)
Cofins		(5.341)	(3.769)
ISS		(1)	(4)
Encargos - Parcela "A"		(10.157)	(807)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(176)	(165)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(176)	(165)
Conta de Desenvolvimento Economico - CDE		(4.873)	(419)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(61)	(58)
Outros Encargos		(4.872)	-
Receita Líquida / Ingresso Líquido		35.211	32.782
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(23.202)	(20.166)
Energia elétrica comprada para revenda		(21.279)	(18.013)
Encargo de uso do sistema de transmissão		(1.923)	(2.153)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		12.009	12.616
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(8.718)	(8.739)
Pessoal e Administradores	(13)	(5.478)	(5.021)
Material		(353)	(458)
Serviço de terceiros		(1.384)	(1.536)
Arrendamentos e Aluguéis		(62)	(38)
Seguros		(46)	(49)
Doações, Contribuições e Subvenções		(39)	(81)
Provisões		(11)	21

(-) Recuperação de Despesas	18	24
Tributos	(38)	(37)
Depreciação e amortização	(1.303)	(1.442)
Gastos Diversos	(231)	(267)
Outras Receitas Operacionais	308	228
Outras Despesas Operacionais	<u>(98)</u>	<u>(85)</u>
Resultado da Atividade	<u>3.291</u>	<u>3.876</u>
Resultado Financeiro	(1.496)	(1.537)
Despesas Financeiras	(2.592)	(1.923)
Receitas Financeiras	<u>1.096</u>	<u>386</u>
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro	<u>1.795</u>	<u>2.340</u>
Despesas com Impostos sobre o Lucro	(14) <u>(671)</u>	<u>(835)</u>
Resultado Líquido do Exercício antes da reversão do JCP	<u>1.123</u>	<u>1.505</u>
Reversão dos juros sobre capital próprio	<u>744</u>	<u>520</u>
Lucro Líquido do Exercício	<u>1.867</u>	<u>2.025</u>
Lucro por ação Originado das Operações em Continuidade		
Lucro por ação - R\$	4,73	5,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado do Exercício		1.123	1.505
Outros Resultados Abrangentes			
Reserva de Reavaliação		(275)	(288)
Efeito de Imposto de Renda		94	98
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquido de Impostos		(182)	(190)
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos		942	1.315

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Reavaliação	Reservas de lucros	Lucros acumulados	(-) Ações Próprias em Tesouraria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.500	5.114	6.602	-	-	18.216
Realização de Reservas		(288)	230			(58)
Distribuição de ações em tesouraria	-	-	-	-	(2)	(2)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.025	-	2.025
Destinação proposta a A.G.O.:						-
Reserva legal	-	-	60	(60)	-	-
Retenção de lucros	-	-	631	(631)	-	-
Dividendo	-	-	(100)	(815)	-	(915)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(520)	-	(520)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.500	4.826	7.422	-	(2)	18.746
Realização de Reservas	-	(275)	242	-	-	(34)
Lucro líquido do exercício:	-	-	-	1.867	-	1.867
Destinação proposta a A.G.O.:						-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	428	(428)	-	-
Dividendo	-	-	-	(696)	-	(696)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(744)	-	(744)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.500	4.551	8.091	-	(2)	19.140

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Modelo Indireto)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do exercício	1.867	2.025
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa	1.388	1.586
Depreciação e amortização	1.303	1.442
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(4)
Baixas líquidas do intangível em serviço	73	165
Provisão para litígios	-	(17)
Redução (Aumento) de Ativos	(5.780)	(1.114)
Consumidores	(1.399)	(710)
Serviços em curso	(217)	(292)
Tributos compensáveis	263	358
Almoxarifado operacional	13	21
Ativos financeiros setoriais	(4.891)	(99)
Despesas pagas antecipadamente	43	(31)
Outros ativos	407	(360)
Aumento (Redução) de Passivos	8.136	534
Fornecedores	620	(666)
Obrigações sociais e trabalhistas	26	79
Tributos	1.053	898
Encargos setoriais	2.214	335
Passivos financeiros setoriais	3.497	(33)
Outros passivos	727	(80)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	5.611	3.031
Encargos de Dívidas Pagos	(1.204)	(1.077)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(742)	(715)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	3.665	1.238
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(1.234)	(945)
Investimentos	(1)	-
Imobilizado	(1.484)	(1.350)
Participação financeira do consumidor	251	405
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(2.147)	(708)
Empréstimos e financiamentos	(636)	728
Distribuição de dividendos	(767)	(917)
Juros sobre o capital próprio	(744)	(520)
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	284	(415)
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo inicial de caixa	116	531
Saldo final de caixa	400	116
	284	(415)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). O fornecimento de energia elétrica a varejo pela HIDROPAN é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia. De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a HIDROPAN está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo. Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a HIDROPAN pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro do seu negócio. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 08 a 34, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2011. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores da concessionária, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2011, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por empresa credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de dezembro de 2012.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da HIDROPAN é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores

Composição das contas a receber

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2015	TOTAL 2014
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	6.412	-	848	12	14	8	(28)	6	10	-	10	-	7.292	5.904
- Residencial	2.188	-	545	8	13	7	(25)	4	9	-	-	-	2.749	2.091
- Industrial	1.658	-	173	-	-	0	(0)	2	-	-	-	-	1.834	1.562
- Comercial	1.037	-	91	3	1	1	(1)	-	-	-	10	-	1.141	976
- Rural	97	-	8	0	0	0	(0)	0	0	-	-	-	105	49
- Poderes Públicos	143	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	144	130
- Iluminação Pública	169	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169	115
- Serviço Público	130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130	91
- Serviço Taxado	62	-	30	1	1	0	(2)	-	-	-	-	-	91	54
- Fornecimento Não Faturado	927	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	927	836
- (-) Arrecadação Processo Classif.	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.412	-	848	12	14	8	(28)	6	10	-	10	-	7.292	5.904

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados: 1) Análise criteriosa das contas a receber para casos específicos; 2) Casos normais, conforme MCSPEE, sendo: a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias; b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias; c) Industrial, poder público e iluminação pública, vencidos há mais de 360 dias.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	9.197	15	(12)	-	(2)	9.198	3	(3.935)	5.264	5.395	-	-	-
Terrenos	2.493	-	-	-	-	2.493	-	-	2.493	2.493	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.595	-	-	-	-	3.595	-	(1.514)	2.081	2.139	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.273	-	-	-	-	1.273	-	(937)	335	370	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.819	15	(12)	-	(2)	1.820	3	(1.469)	351	387	-	-	-
Veículos	3	-	-	-	-	3	-	(2)	1	1	-	-	-
Móveis e Utensílios	15	-	-	-	-	15	-	(13)	3	4	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	33.864	1.280	(276)	-	(286)	34.582	1.004	(11.860)	22.722	22.705	(3.487)	741	(2.747)
Terrenos	802	-	-	-	-	802	-	-	802	802	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	782	-	-	-	-	782	-	(126)	656	682	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	31.099	1.280	(220)	-	(247)	31.912	1.060	(10.901)	21.012	20.891	(3.487)	741	(2.747)
Veículos	1.097	-	(55)	-	(39)	1.004	(55)	(762)	241	314	-	-	-
Móveis e Utensílios	84	-	(1)	-	(0)	82	(1)	(71)	11	15	-	-	-
Administração	2.883	10	(8)	-	(8)	2.877	2	(1.718)	1.159	1.344	-	-	-
Terrenos	491	-	-	-	-	491	-	-	491	491	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	602	-	-	-	-	602	-	(356)	246	266	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.476	10	(8)	-	(8)	1.470	2	(1.143)	327	466	-	-	-
Veículos	128	-	-	-	-	128	-	(80)	48	66	-	-	-
Móveis e Utensílios	187	-	-	-	-	187	-	(139)	47	56	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	45.944	1.306	(296)	-	(296)	46.658	1.010	(17.513)	29.145	29.444	(3.487)	741	(2.747)

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	99	15	-	(15)	-	99	-	-	99	99	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	15	-	(15)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	99	-	-	-	-	99	-	-	99	99	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	1.114	3.446	(42)	(3.295)	-	1.223	109	-	1.223	1.114	(565)	-	(565)
Máquinas e Equipamentos	419	1.436	(40)	(1.385)	-	429	11	-	429	419	(565)	-	(565)
Outros	695	2.011	(2)	(1.910)	-	794	99	-	794	695	-	-	-
Administração	13	49	(8)	(43)	-	11	(2)	-	11	13	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2	17	(8)	(10)	-	-	(2)	-	-	2	-	-	-
Outros	11	32	-	(32)	-	11	-	-	11	11	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.226	3.510	(50)	(3.353)	-	1.334	107	-	1.334	1.226	(565)	-	(565)
Total do Ativo Imobilizado	47.171	4.816	(346)	(3.353)	(296)	47.992	1.117	(17.513)	30.478	30.670	(4.053)	741	(3.312)

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	1.590	-	-	-	-	1.590	-	420	1.169	1.178
Servidões	1.169	-	-	-	-	1.169	-	-	1.169	1.169
Softw ares	421	-	-	-	-	421	-	420	0	9
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	403	70	-	-	-	473	70	391	82	34
Softw ares	403	70	-	-	-	473	70	391	82	34
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.992	70	-	-	-	2.063	70	812	1.251	1.212
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	106	36	70	-	0	-	-	-	-
Softw ares	-	106	36	70	-	0	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	106	36	70	-	0	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	1.992	177	36	70	-	2.063	70	812	1.251	1.212

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	31.099	1.280	- 220	- -	247	31.912	1.060
Transformador de Distribuição	2.460	194	- 50	- -	102	2.503	145
Medidor	4.322	237	- 73	- -	50	4.436	164
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)		381	- 44	- -	43	294	337
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	13.173	467	- 53	- -	53	13.534	413
Redes Alta Tensão (69 kV)	7.713	-	-	-	-	7.713	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)		-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)		-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)		-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	3.432	-	-	-	-	3.432	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)		-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)		-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos		1	-	-	-	1	1
Obrigações Especiais do AIS Bruto	- 3.633	- 419	- -	- -	- -	4.053	- 419
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	- 3.236	- 251	-	-	-	3.487	- 251
Outros	- 397	- 168	-	-	-	565	- 168
Originadas da Receita	- 298	- 267	-	-	-	565	- 267
Ultrapassagem de demanda	- 127	- 108	-	-	-	235	- 108
Excedente de reativos	- 171	- 159	-	-	-	330	- 159
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	- 99	99	-	-	-	0	99

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração		9.198	(3.935)	5.264	5.395
Custo Histórico	2,12%	3.446	(1.164)	2.282	2.349
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		5.753	(2.771)	2.982	3.046
Transmissão		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Distribuição		34.582	(11.860)	22.722	22.705
Custo Histórico	3,50%	29.410	(7.806)	21.603	21.411
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		5.173	(4.054)	1.119	1.294
Administração		2.877	(1.718)	1.159	1.344
Custo Histórico	9,19%	1.983	(1.261)	722	872
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		894	(457)	438	472
Comercialização		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		46.658	(17.513)	29.145	29.444
Em Curso - R\$ Mil					
Geração		99	-	99	99
Transmissão		-	-	-	-
Distribuição		1.223	-	1.223	1.114
Administração		11	-	11	13
Comercialização		-	-	-	-
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
		1.334	-	1.334	1.226
		47.992	(17.513)	30.478	30.670

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	921	32	466	-	-	-	1.419
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	4	9	-	-	-	-	12
Material em Depósito	1.047	-	-	-	-	-	1.047
Compras em Andamento	922	-	-	-	-	-	922
Adiantamentos a Fornecedores	27	-	-	-	-	-	27
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	2.921	41	466	-	-	-	3.428

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Gerador	3,33%
Turbina hidráulica	2,50%
Reservatório, barragens e adutoras	2,00%
Distribuição	
Transformador de distribuição	4,00%
Medidor	7,69%
Estrutura do sistema	3,57%
Condutor do sistema	3,57%
Regulador de tensão	4,35%
Religador de tensão	4,00%
Banco de capacitores	6,67%
Administração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1	REGULADOR DE TENSÃO DE 7,620 kV, 333 KVA, 438A MONOFÁSICO	34.830,19
2	REGULADOR DE TENSÃO DE 7,620 kV, 333 KVA, 438A MONOFÁSICO	34.830,17
3	REGULADOR DE TENSÃO DE 7,620 kV, 333 KVA, 438A MONOFÁSICO	34.830,17
4	BANCO DE DADOS ORACLE SEO PROCESSOR PERPETUAL 1CK	34.114,00
5	CONDUTOR DE ALUMÍNIO, ISOLADO-XLPE, 3 X 1 X 50MM ² +50MM ² , TRI	34.018,75
6	RELIGADOR DE TENSÃO 27KV, 630A, TRIF. 12,5KA	33.880,66
7	VERSAO SOFTWARE CORPORATIVO E2AD - MODULO OBRAS	27.241,14
8	POSTE DUPLO T DE CONCRETO 9M, 250 DAN	26.789,62
9	CONDUTOR DE ALUMÍNIO, ISOLADO-XLPE, 3 X 1 X 50MM ² +50MM ² , TRI	26.662,93
10	POSTE DUPLO T DE CONCRETO 11M, 250 DAN	22.474,78

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1	CAMIONETA FORD RANGER XL 13F 2.5 ANO/MOD 2002	26.900,16
2	MOTOR CAMIONETA FORD RANGER XL 13F 2.5 ANO/MOD 2002	25.214,00
3	CONDUTOR ALUMINIO COM ALMA AÇO, NU, 1/0AWG, UNIPOLAR	11.770,41
4	RELIGADOR DE TENSÃO 15kV, CORRENTE NOMINAL 800A, TRIFASICO	9.145,89
5	POSTE DUPLO T DE CONCRETO 11M, 250 DAN	8.391,75
6	DISJUNTOR ABERTO ABW TIPO ABW 20 E S3-20AZ1F	8.082,90
7	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO 30KVA, TRIFÁSICO	6.426,15
8	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO 15KVA, TRIFÁSICO	6.283,36
9	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO 75KVA, TRIFÁSICO	5.313,95
10	MEDIDOR ELETRONICO DE ENERGIA ATIVA E REATIVA TRIFÁSICO	4.033,69

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais.

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 30 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2015, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período. A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em julho de 2015, logo após o final da vigência do RTA, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores do RTA continuou em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”. Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização. À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a HIDROPAN transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante	
CVA Ativa	1.104	6.180	-	2.494	491	-	5.282	1.484	3.798	5.282	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	632	3.045	-	1.291	235	-	2.620	717	1.903	2.620	-
Proinfa	16	26	-	22	1	-	21	5	17	21	-
Transporte Rede Básica	372	98	-	330	41	-	181	181	-	181	-
CDE	84	3.011	-	850	215	-	2.460	581	1.879	2.460	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	12	716	-	30	28	-	725	21	704	725	-
Neutralidade da Parcela A	12	716	-	30	28	-	725	21	704	725	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.116	6.896	-	2.524	519	-	6.007	1.505	4.502	6.007	-

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante	
CVA Passiva	2	91	-	2	1	-	90	-	90	90	-
Proinfa	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	91	-	-	1	90	-	90	90	90	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	57	5.334	-	907	438	-	1.456	3.467	607	2.860	3.467
Neutralidade da Parcela A	57	-	-	57	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	604	-	-	-	604	-	604	604	604	-
Outros	-	4.730	-	849	438	1.456	607	2.256	2.862	2.862	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	60	5.425	-	909	437	-	1.456	3.557	607	2.950	3.557

Composição do Endividamento e Dívida Líquida – R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2015	Total 2014
(+) Dívida Bruta	231	5.267	6.493	11.990	14.000
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	209	4.867	6.493	11.568	14.000
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	22	400	-	422	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intra-setoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
(-) Ativos Financeiros	-	(400)	-	(400)	(800)
Alta Liquidez	-	(400)	-	(400)	(116)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida I	231	4.867	6.493	11.591	13.200
(+/-) Derivativos / Fair Value	-	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida II	231	4.867	6.493	11.591	13.200

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre provisões temporariamente não dedutíveis, conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Diferenças temporárias		
Provisões para litígios	65	65
Base de cálculo dos créditos fiscais diferidos	<u>65</u>	<u>65</u>
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34%	34%
Total do crédito fiscal sobre diferenças temporárias	<u>22</u>	<u>22</u>
Circulante	22	22
Não Circulante	-	-
Total do crédito fiscal sobre diferenças temporárias	<u>22</u>	<u>22</u>

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2014	10	55	-	-	-	-	65
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos de Causa / Ajustes P	-	-	-	-	-	-	-
Atualização Monetária	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	10	55	-	-	-	-	65
Circulante	10	55	-	-	-	-	65
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		3.468	19	-	3.487
Participação Financeira do Consumidor		3.468	19	-	3.487
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		734	6	-	741
Participação Financeira do Consumidor	5,52%	734	6	-	741
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Total		2.734	13	-	2.747

A movimentação ocorrida no exercício pode ser assim resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Em serviço	3.236	251	-	-	-	3.487	251	(741)	2.747	2.722
Participação da União, Estados e Municípios						-	-		-	
Participação Financeira do Consumidor	3.236	251	-	-	-	3.487	251	(741)	2.747	2.722
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido						-	-		-	
Programa de Eficiência Energética - PEE						-	-		-	
Pesquisa e Desenvolvimento						-	-		-	
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica						-	-		-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda						-	-		-	
Excedente de reativos						-	-		-	
Diferença das perdas regulatórias						-	-		-	
Outros						-	-		-	
Em curso	397	419	(251)	-	-	565	168	-	565	397
Participação da União, Estados e Municípios						-	-		-	
Participação Financeira do Consumidor						-	-		-	
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido						-	-		-	
Programa de Eficiência Energética - PEE						-	-		-	
Pesquisa e Desenvolvimento						-	-		-	
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica						-	-		-	
Valores Pendentes de Recebimento	99	152	(251)			-	(99)		-	99
Valores Não Aplicados	298	267	-	-	-	565	267	-	565	298
Outros						-	-		-	
Ultrapassagem de demanda	127	108				235	108		235	127
Excedente de reativos	171	159				330	159		330	171
Diferença das perdas regulatórias						-	-		-	
Outros						-	-		-	
Total	3.633	670	(251)	-	-	4.053	419	(741)	3.312	3.119

11. Patrimônio Líquido

11.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 representa R\$ 6.500.000,00 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ordinárias	%
1 Walter Alfredo Loose	58.245	14,749
2 Udo Carlos Loose	50.979	12,909
3 Ruy Knorr	36.352	9,205
4 Otto Willy Knorr	27.306	6,915
5 Watan Administração e Participações S/A	27.296	6,912
6 Paulo Knorr	22.806	5,775
7 Ingon Knorr Weiler	20.974	5,311
8 Eduardo Knorr	20.842	5,278
9 Vera Knorr	20.703	5,243
10 Herbert Knorr	19.145	4,848
11 Edgar Knorr	18.452	4,673
12 Viviane Knorr Sander	10.353	2,622
13 Carlos Ernesto Knorr	9.102	2,305
14 Ellen Suzane Knorr de Moura	9.102	2,305
15 Marcelo Knorr	9.102	2,305
16 Denise Knorr	7.592	1,922
17 Enio Luiz Knorr	7.592	1,922
18 Mirian Knorr Silva	7.592	1,922
19 Carlos N. Lieberknecht	5.483	1,388
20 Walter Ernesto Knorr	4.530	1,147
21 Eugenio Carlos Knorr	5	0,001
22 Lars Knorr	5	0,001
24 Minoritários - (6)	1.280	0,324
25 Ações em tesouraria	66	0,017
TOTAL	394.904	100,00

11.2 Reservas de lucros

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reserva legal	1.300	1.300
Reserva Retenção de Lucros	<u>6.791</u>	<u>6.122</u>
	<u>8.091</u>	<u>7.422</u>

Reserva Legal é constituída aplicando-se 5% sobre o lucro líquido do exercício de cada ano, conforme legislação societária. Já em 2014 a HIDROPAN atingiu o limite societário de 20% sobre o capital social para constituição de Reserva Legal. A constituição da Reserva Retenção de Lucros tem o objetivo de atender ao fluxo orçamentário de capital e de investimentos.

11.3 Outros resultados abrangentes

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2011, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por empresa credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de dezembro de 2012.

11.4 Ajustes de exercícios anteriores

A Companhia recebeu R\$ 874 mil via abatimento em suprimento de energia elétrica, decorrente de valores pagos indevidamente em função de ajustes na contratação de energia nos anos de 2010 e 2013 junto a supridora Rio Grande Energia S/A. Em atendimento a Deliberação CVM nº. 592/2009 que aprovou o CPC 23 a sociedade procedeu com os ajustes dos correspondentes saldos de abertura de forma retrospectiva para efeitos de apresentação e comparação das Demonstrações Financeiras.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento - Faturado	17.793	17.337	105.979	119.962	67.206	47.944
Residencial	16.059	15.618	33.021	34.451	26.490	18.781
Industrial	167	169	42.465	53.879	22.688	17.217
Comercial	1.112	1.089	17.462	18.196	11.746	7.917
Rural	268	279	2.744	3.102	1.099	734
Poder público	154	149	2.460	2.564	1.706	1.165
Iluminação pública	9	9	4.926	4.813	1.932	1.177
Serviço público	24	24	2.901	2.957	1.546	952
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	-	267
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda						108
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos						159
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						91
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						577
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.						-
Serviços Cobráveis						128
Subvenções vinculadas ao serviço concedido						811
Total	17.793	17.337	105.979	119.962	66.469	48.468

13. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2015	2014
Pessoal	3.793	3.407
Remuneração	2.321	2.229
Encargos	861	781
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	680	664
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	(69)	(266)
Administradores	1.685	1.613
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.583	1.522
Benefícios dos administradores	102	91
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	5.478	5.021

14. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

Em 2015, baseados no planejamento tributário e demais análises de conjuntura, as quais demonstravam uma perspectiva de que as tarifas não acompanhariam o crescimento de mercado de energia por consequência uma queda nos resultados da empresa, optamos pela sistemática de apuração do Imposto de Renda baseada no Regime de Tributação do Lucro Real.

Apuração do imposto de renda e contribuição social

	Contribuição Social		Imposto de Renda	
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	2.037	3.493	2.037	3.493
Reversão dos juros sobre capital próprio	744	520	744	520
Lucro ajustado	2.781	4.013	2.781	4.013
Contribuição social e imposto de renda calculados (9% e 25%)	250	361	671	979
Efeitos fiscais sobre:				
Efeito líquido juros sobre capital próprio	(67)	(47)	(186)	(130)
Efeito das adições permanentes e temporárias	23	34	64	95
Efeito das exclusões	(21)	(118)	(58)	(328)
Diferimento/Reversão IRPJ e CSLL diferidos	-	2	-	4
Contribuição social e imposto de renda calculados (9% e 25%)	185	232	491	621
Incentivos fiscais	-	-	(5)	(18)
Contribuição social e imposto de renda no resultado	185	232	486	603

15. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a HIDROPAN seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a HIDROPAN seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO**

	Nota de Ajuste	2015			2014		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
ATIVOS							
Ativo Circulante		16.515	790	15.725	10.231	682	9.549
Caixa e equivalentes de caixa		400	-	400	116	-	116
Consumidores		7.292	-	7.292	5.904	-	5.904
Serviços em curso		760	-	760	544	-	544
Tributos compensáveis		235	-	235	379	-	379
Almoxarifado operacional		863	790	72	767	682	85
Ativos financeiros setoriais		6.007	-	6.007	1.116	-	1.116
Despesas pagas antecipadamente		53	-	53	96	-	96
Outros ativos circulantes		906	-	906	1.308	-	1.308
Ativo Não circulante		23.241	-5.341	28.582	23.542	5.508	29.051
Tributos compensáveis		86	-	86	205	-	205
Imposto de Renda e contribuição social diferidos		22	-	22	22	-	22
Ativo financeiro da concessão	15.1	3.479	3.479		21.537	21.537	
Bens e Direitos para Uso Futuro		57	26	30	56	25	30
Outros ativos não circulantes		-	-		4	-	4
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		-	26	26	-	25	25
Imobilizado	15.1	-	27.166	27.166	-	27.551	27.551
Intangível	15.1	19.597	18.346	1.251	1.718	506	1.212
TOTAL DO ATIVO		39.756	-4.551	44.307	33.773	-4.826	38.599

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

	Nota de Ajuste	2015			2014				
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório		
PASSIVO									
Passivo Circulante		18.415	-	18.415	10.534	-	10.534		
Fornecedores		3.142	-	3.142	2.522	-	2.522		
Empréstimos e financiamentos		5.498	-	5.498	4.920	-	4.920		
Obrigações sociais e trabalhistas		406	-	406	380	-	380		
Tributos		1.449	-	1.449	1.138	-	1.138		
Provisões para litígios		65	-	65	65	-	65		
Dividendos e juros sobre o capital próprio		137	-	137	209	-	209		
Encargos setoriais		3.338	-	3.338	1.143	-	1.143		
Passivos financeiros setoriais		3.557	-	3.557	60	-	60		
Outros passivos circulantes		824	-	824	97	-	97		
Passivo Não circulante		6.752	-	6.752	9.319	-	9.319		
Empréstimos e financiamentos		6.493	-	6.493	9.080	-	9.080		
Encargos setoriais		260	-	260	240	-	240		
Patrimônio Líquido		14.589	-	4.551	19.140	-	4.826	18.746	
Capital social		6.500	-	6.500	6.500	-	6.500		
Outros Resultados Abrangentes	15.3	-	-	4.551	-	-	4.826	4.826	
Reservas de lucros		8.091	-	8.091	7.422	-	7.422		
(-) Ações próprias em tesouraria		-	2	-	-	2	-	-	2
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.756	-	4.551	44.307	-	4.826	38.599	

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Nota de Ajuste	2015			2014		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso		66.469	-	66.469	49.388	1.005	48.383
Fornecimento de Energia Elétrica		37.682	-	37.682	32.893	-	32.893
Disponibilização do Sistema de Distribuição		29.349	-	29.349	14.715	-	14.715
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	1.499	-	1.499	953	1.005	52
Serviços Cobráveis		128	-	128	117	-	117
Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		811	-	811	709	-	709
Tributos	-	21.101	-	21.101	14.951	-	14.951
ICMS	-	14.599	-	14.599	10.359	-	10.359
PIS-PASEP	-	1.160	-	1.160	819	-	819
Cofins	-	5.341	-	5.341	3.769	-	3.769
ISS	-	1	-	1	4	-	4
Encargos - Parcela "A"	-	10.157	-	10.157	807	-	807
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	176	-	176	165	-	165
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	176	-	176	165	-	165
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	-	4.873	-	4.873	419	-	419
Taxa de Fiscalização - TFSEE	-	61	-	61	58	-	58
Outros Encargos	-	4.872	-	4.872	-	-	-
Receita Líquida / Ingresso Líquido		35.211	-	35.211	33.630	1.005	32.625
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	-	23.202	-	23.202	20.201	-	20.201
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	21.279	-	21.279	18.048	-	18.048
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-	1.923	-	1.923	2.153	-	2.153
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		12.009	-	12.009	13.430	1.005	12.425
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	15.3	8.476	242	8.718	8.319	230	8.548
Pessoal e Administradores	-	5.478	-	5.478	5.021	-	5.021
Material	-	353	-	353	458	-	458
Serviço de Terceiros	-	1.384	-	1.384	1.344	-	1.344
Arrendamentos e Aluguéis	-	62	-	62	38	-	38
Seguros	-	46	-	46	49	-	49
Doações, Contribuições e Subvenções	-	39	-	39	81	-	81
Provisões	-	11	-	11	21	-	21
(-) Recuperação de Despesas	-	18	-	18	24	-	24
Tributos	-	38	-	38	37	-	37
Depreciação e Amortização	-	1.061	242	1.303	1.213	230	1.442
Gastos Diversos	15.2	1.720	1.489	231	1.859	1.592	267
Outras Receitas Operacionais		1.797	1.489	308	1.820	1.592	228
Outras Despesas Operacionais	-	98	-	98	85	-	85
Resultado da Atividade		3.533	242	3.291	5.111	1.235	3.876
Resultado Financeiro	-	1.496	-	1.496	1.618	81	1.537
Despesa Financeira	-	2.592	-	2.592	1.922	0	1.923
Receita Financeira		1.096	-	1.096	304	82	386
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		2.037	242	1.795	3.493	1.153	2.340
Despesas com Impostos sobre o Lucro	-	671	-	671	835	-	835
Resultado Líquido do Exercício	15.4	1.365	242	1.123	2.658	1.153	1.505
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		742	-	742	518	-	518
Acionistas Não Controladores		2	-	2	2	-	2
Lucro por ação Originado das Operações em Continuidade							
Lucro por ação - R\$		5,34	0,61	4,73	8,05	2,92	5,13

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

15.1 Efeitos de contabilização do contrato de concessão (ICPC 01)

O ICPC 01 - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras: a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

15.1.1 Ativo financeiro

Conforme descrito na nota explicativa nº 14.1, o ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esse ativo a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório e no preço das commodities relacionadas a infraestrutura. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 4 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição – VNR depreciado. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo de concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

15.1.2 Ativo intangível

O ativo intangível da empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 - ICPC 01 – OCPC 05 - Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de

aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

15.2 Receita e Custo de construção (resultado)

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 R1 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

15.3 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldos conforme contabilidade societária	14.589	13.920
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	4.793	5.056
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	- 242	- 230
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>19.140</u>	<u>18.746</u>

Reavaliação regulatória compulsória - é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2011, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por empresa credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de dezembro de 2012.

15.4 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	1.365	2.658
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativos e passivos financeiros setoriais		- 923,58
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	- 241,85	- 229,67
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u>1.123</u>	<u>1.505</u>

Reavaliação regulatória compulsória - é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2011, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por empresa credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de dezembro de 2012.

16. Eventos subsequentes

Cisão Parcial

Em 23 de julho de 2015, a HIDROPAN, por meio do Ofício HP nº 129/2015, registrado sob o SIC nº 48513.020566/2015-00, protocolou junto a ANEEL pedido de anuência prévia para: a) Alteração de atos constitutivos: Redução de capital social em função da proposta de cisão societária motivada pela desvinculação dos ativos de geração de propriedade da distribuidora, e demais imóveis administrativos inservíveis a concessão; e b) Desvinculação de bens: Desvinculação dos ativos de geração da concessionária e demais imóveis administrativos no sentido de viabilizar a desverticalização das atividades da empresa. A intenção da Hidropan é implementar a Cisão Parcial mediante a transferência de ativos de geração e outros ativos inservíveis a concessão (parcelas do ativo consistidos de bens imóveis, obras civis, máquinas, equipamentos e instalações) que hoje integram o seu patrimônio. Tais ativos serão incorporados pela Hidropan Participações S.A., sua parte relacionada (as empresas têm os mesmos sócios). Decorrido o prazo para análise do processo a ANEEL, em 03 de março de 2016 publicou o Despacho nº 485 confirmando a anuência. De posse da anuência da ANEEL, a HIDROPAN poderá efetivamente operacionalizar o processo de cisão parcial.

DIRETORIA

Eduardo Knorr Diretor CPF – 543.366.780-49	Olávio José Melchior Diretor CPF – 249.848.509-06
--	---

Lázaro de Moura Schumann
Contador – CRC/RS Nº 77.515
CPF – 967.608.770-04

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Otto Willy Knorr CPF – 007.180.760-87	Walter Alfredo Loose CPF – 060.649.730-72
Ruy Knorr CPF – 065.130.260-91	Lars Knorr CPF – 594.507.970-72
Eduardo Knorr CPF – 543.366.780-49	Herbert Knorr CPF - 065.405.119-49
Udo Carlos Loose CPF - 187.430.480-72	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

**Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas de
HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A
PANAMBI-RS**

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A**, que compreendem o balanço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações regulatórias do resultado, da demonstração regulatória do resultado abrangente, das mutações regulatórias do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa regulatórios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica e, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter

segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base de opinião com ressalva

A companhia registrou a Reavaliação Regulatória Compulsória como está descrito na nota explicativa 11.3 com saldo ao final de dezembro de 2015 de R\$ 4,551 milhões apresentado a Outros Resultados Abrangentes inserido ao Patrimônio Líquido Regulatório. No entanto, a sociedade não reconheceu os efeitos tributários decorrentes desta reavaliação compulsória a serem deduzidos sobre este saldo. Destarte, restou respectivo saldo apresentado a maior em R\$ 1,547 milhão ao Patrimônio Líquido Regulatório. Por consequência, deixou de apresentar ao Passivo Não Circulante Regulatório os Impostos Diferidos sobre a Reavaliação Regulatória Compulsória no montante de R\$ 1,547 milhão.

Conforme nota explicativa de nº. 11.4 a sociedade reconheceu o montante de R\$ 874 mil como ajuste credor de exercício anterior e ajustou os saldos de abertura correspondentes na forma retrospectiva. Todavia, o respectivo montante deveria ter sido reconhecido ao resultado do exercício findo em 2015, porquanto, não se refere a mudança de política, estimativa contábil ou de retificação de erro. Neste sentido, o lucro líquido do exercício corrente restou a menor em R\$ 577 mil, já deduzido dos efeitos tributários dos impostos sobre lucro.

Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo base para a opinião com ressalva as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os

AUCON

Auditores & Consultores

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Outros assuntos

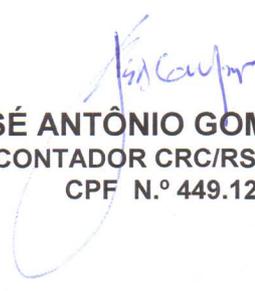
Emitimos, com ressalva em 18 de março do corrente ano, o correspondente Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias da **HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A**, finda em 31 de dezembro de 2015.

Porto Alegre, 27 de abril de 2016.

AUCON

Auditores & Consultores


AUCON AUDITORES & CONSULTORES
ASSOCIADOS S/S
CRC/RS N.º 4.414
CNPJ N.º 07.794.284/0001-84


JOSÉ ANTÔNIO GOMES MARQUES
CONTADOR CRC/RS N.º 51.223/0-8
CPF N.º 449.121.370-49